



Departamento Nacional de Produção Mineral

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

Setor de Autarquia Norte - SAUN Quadra 01 Bloco B Sala 3T Edifício DNPM  
SEDE telefone (61) 3312-6862/(61) 3312-6828

EDITAL Nº 3/2016

TOMADA DE PREÇO Nº 03/2016

PROCESSO Nº 48400.700218/2016-57

**EDITAL**

**TOMADA DE PREÇO Nº 03/2016**

**O DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL, EM BRASÍLIA, NO DISTRITO FEDERAL**, dotado de personalidade jurídica de direito público, CNPJ 00.381.056/0001-33, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria DNPM nº 111 de 31 de março de 2016, publicada no DOU de 05 de abril de 2016, torna público que, de acordo com a autorização constante do Processo SEI nº **48400.700.218/2016-57**, fará realizar Licitação, na modalidade **TOMADA DE PREÇO**, do tipo **MENOR PREÇO**, sob o regime de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA E TRATAMENTO DO CONCRETO DAS FACHADAS DO EDIFÍCIO SEDE DO DNPM, EM BRASÍLIA-DF**, especificadas neste Edital, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, publicada no Diário Oficial da União de 22 de junho de 1993, e suas alterações e demais normas complementares pertinentes e de conformidade com as seguintes condições estabelecidas neste Edital e seus anexos:

A Cópia do edital poderá ser obtida através do site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). A cópia também poderá ser obtida via e-mail [cpl@dnpm.gov.br](mailto:cpl@dnpm.gov.br) ou diretamente na SEDE do DNPM em Brasília-DF, localizada no SAN Quadra 1, Bloco "B", Asa Norte Brasília-CEP nº 70.041-903, mediante requerimento contendo a Denominação, CNPJ, telefone da empresa; nome e identidade do signatário. (Comparecer com pen drive); Tel. (61) 3312-6828 ou 3312-6862 (Divisão de Compras e Licitações).

**RECEBIMENTO E INÍCIO DA ABERTURA DOS ENVELOPES "HABILITAÇÃO" E "PROPOSTA".**

**DATA: 28 de novembro de 2016.**

**HORA: 10 horas (horário local)**

**LOCAL: Sala 4S, localizada no SAN Quadra 1, Bloco B, Asa Norte, Brasília-CEP nº 70.041-903.**

## **1. DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS**

1.1. Se no dia supracitado não houver expediente, o recebimento e o início da abertura dos envelopes referentes a esta **Tomada de Preços** serão realizados no primeiro dia útil de funcionamento da SEDE do DNPM em Brasília-DF que se seguir.

1.2. No local indicado serão realizados os procedimentos relativos a esta **Tomada de Preço**, com respeito a:

1.3. Recebimento dos envelopes "**Habilitação**" e "**Proposta**";

1.4. Abertura do envelope de "**Habilitação**" e verificação da situação do licitante perante o SICAF, análise da documentação de habilitação e a critério da Comissão, publicação do resultado de julgamento de habilitação.

1.5. No local indicado, poderão ainda, a critério da Comissão e desde que haja renúncia de possíveis recursos por parte dos licitantes, serem realizadas as devoluções dos envelopes "**Proposta**" aos licitantes inabilitados e abertura dos envelopes "**Proposta**" dos licitantes habilitados.

1.6. As decisões da **Comissão Permanente de Licitação** serão comunicadas mediante publicação durante a sessão pública, no Diário Oficial da União e, quando possível, diretamente, mediante ofício, aos representantes legais dos **licitantes**, principalmente, quanto a:

1.6.1. Julgamento da habilitação do **licitante**;

1.6.2. Julgamento das propostas;

1.6.3. Resultado de recurso porventura interposto;

1.6.4. Resultado de julgamento desta **Tomada de Preço**.

1.7. Os pedidos de esclarecimento a respeito de condições deste edital e de outros assuntos relacionados a presente licitação deverão ser enviados pelas empresas interessadas em participar do certame até o **3º (terceiro) dia útil** que anteceder a data estabelecida no preâmbulo deste instrumento convocatório para a reunião de recebimento e abertura dos envelopes "**Habilitação**" e "**Proposta**", para o endereço [cpl@dnpm.gov.br](mailto:cpl@dnpm.gov.br) ou para o endereço constare no preâmbulo deste edital.

## **2. DO OBJETO**

2.1. **A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA E TRATAMENTO DO CONCRETO DAS FACHADAS DO EDIFÍCIO SEDE DO DNPM, EM BRASÍLIA-DF, CONFORME ESPECIFICAÇÕES FORNECIDAS NESTE EDITAL NO EDIFÍCIO SEDE DO DNPM/DF.** O prédio está localizado na SAUN, quadra 01, bloco "B" – Asa Norte, Brasília-DF e será executado conforme o Projeto Básico - Anexo I.

2.2. O Custo Estimado Total para execução dos serviços, com BDI/LDI, aproximado, incluso de 37,22% é de **R\$ 639.746,15 (seiscentos e trinta e nove mil, setecentos e quarenta e seis reais e quinze centavos)**, base

### 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar desta Tomada de Preço quaisquer licitantes, pessoa jurídica, que comprovarem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos na **Seção VI - Da Habilitação** e cujo **objeto social** da empresa, expresso no estatuto ou contrato social, especifique **atividade de prestação de serviço pertinente e compatível com o objeto desta Tomada de Preço**.

3.2. O cadastramento e a habilitação parcial da licitante no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, Instrução Normativa SLTI/MP nº 02, de 11 de outubro de 2010 e suas alterações, são válidos como parte dos requisitos mínimos da HABILITAÇÃO;

3.3. O cadastramento e a habilitação parcial no SICAF poderão ser realizados em qualquer unidade dos órgãos/entidades que integram o Sistema de Serviços Gerais - SIASG, localizados nas Unidades da Federação, até 3 (três) dias antes da data prevista para recebimento e abertura dos envelopes **“Habilitação” e “Proposta”**.

3.4. **Somente será admitida a participação de cooperativa quando implementadas as condições do art. 28, inciso IV e, quando cabíveis, os ditames dos artigos 29-31, todos da Lei n.º 8.666/93; quando o fornecimento de bens e serviços a não-associados atenda aos objetivos sociais e esteja em conformidade com a Lei n.º 5.764/91 e suas alterações, conforme também decidiu o STJ no AgRg REsp 2007/0025635-8.**

3.5. Declaração de ME/EPP, para as empresas que desejarem usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, conforme modelo a seguir:

#### DECLARAÇÃO DE ME/EPP

A \_\_\_\_\_ (nome da Empresa) \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, declara, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, em seu Art. 34, que está APTA a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da referida Lei Complementar.

Local e Data

\_\_\_\_\_  
(Representante Legal da Empresa)

**Observação: O Departamento Nacional de Produção Mineral, Sede, em Brasília-DF não é unidade cadastradora, apenas consultora**

3.6. **Não poderão participar desta Tomada de Preço as interessadas:**

3.7. Cujo objeto social não inclua o objeto do procedimento licitatório

3.8. Que estejam suspensas de participar de licitações ou impedidas de contratar com o DNPM, durante o prazo da sanção aplicada;

3.9. Que foram declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida sua reabilitação

- 3.10. Que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão ou incorporação;
- 3.11. Que estejam impedidas de licitar e contratar com a União, durante o prazo da sanção aplicada;
- 3.12. Entidade estrangeira não autorizada a funcionar no País
- 3.13. Entidade integrante de um mesmo grupo econômico, assim entendido, aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
- 3.14. Consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição.
- 3.15. Sociedades empresárias que estejam enquadradas nas disposições do Artigo 9º da Lei Federal Nº 8.666/1993:
- 3.15.1. O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;
- 3.15.2. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;
- 3.15.3. Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação
- 3.15.3.1. **Fica expressamente vedado que a contratada possua em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, inclusive na figura de consultor, assistente técnico ou assemelhados.**
- 3.16. Caso constatada a situação referida no item anterior, ainda que **a posteriori**, a empresa licitante será desqualificada, ficando esta e seus representantes sujeitos as penas previstas no art. 90 da Lei 8.666/93, sem prejuízo das sanções previstas no seu art. 87.

#### **4. DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES**

4.1. No dia, horário e local, fixados no preâmbulo deste Edital, o representante do licitante, identificado por documento hábil, deverá apresentar à Comissão Permanente de Licitação, simultaneamente, sua documentação e propostas de preço, em envelopes separados, fechados e rubricados no fecho, contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, **além da razão social e do CNPJ da licitante**, os seguintes dizeres:

- 4.1.1. **TOMADA DE PREÇO N.º 03/2016**
- 4.1.2. **ENVELOPE Nº 01 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**
- 4.1.3. **DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM**
- 4.1.4. **SEDE - BRASÍLIA/DF**
- 4.1.5. **CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**
- 4.1.6. **TOMADA DE PREÇO N.º 03/2016**
- 4.1.7. **ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA COMERCIAL**
- 4.1.8. **DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM**

4.1.9. **SEDE - BRASÍLIA/DF.**

4.1.10. **CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

4.2. Não será admitido o encaminhamento de documentação e proposta via fax, e-mail ou similar.

**5. DO PROCEDIMENTO**

5.1. O representante da licitante deverá entregar os envelopes “01 - Habilitação”, “02 - Proposta de Preços”, no dia, horário e local fixado no preâmbulo deste Edital.

5.1.1. Não será aceita, em qualquer hipótese, a participação de licitante retardatária, exceto como ouvinte. Será considerada retardatária a licitante que chegar após a declaração de abertura da sessão;

5.1.2. As pessoas que não comprovarem possuir poderes para representação legal das licitantes somente poderão participar da sessão como ouvintes, ou seja, não poderão assinar, rubricar documentos, apresentar impugnação, pedido de reconsideração ou recurso, renunciar ao direito de recorrer, inclusive aqueles referentes à habilitação, quanto aos atos formais da Comissão, que só podem ser interpostos dentro das fases correspondentes, sob pena de preclusão.

5.2. Uma vez entregue os envelopes **“01 - Habilitação” e “02 - Proposta”** não serão permitidas quaisquer retificações.

5.3. Na primeira sessão, os envelopes contendo os documentos relativos à habilitação serão abertos, na presença dos interessados, pela Comissão Permanente de Licitação, que fará a conferência, numerará e rubricará as folhas encontradas, e em seguida dará vista da documentação aos representantes das licitantes presentes, a qual poderá ser conferida e rubricada. Não poderá alegar qualquer falha de entrega de documentos o representante presente que não rubricar as folhas encontradas nos envelopes;

5.4. Abertos os envelopes **“Habilitação”**, a Comissão Permanente de Licitação, a seu juízo exclusivo, poderá apreciar os documentos de cada licitante e, na mesma reunião, divulgar o nome das habilitadas e das inhabilitadas, podendo devolver, às últimas, os envelopes de **“Proposta”**, devidamente fechados, desde que não tenha havido recurso ou após sua denegação.

5.5. É permitida a verificação, na fase de habilitação, no momento da abertura do envelope relativo à habilitação (Envelope n.º 01), da situação Jurídica, Fiscal e Econômico-Financeira da interessada, na forma e condições estabelecidas neste Edital, por meio de cadastramento e habilitação parcial no SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores), nos termos do Decreto n.º 3.722/2001, alterado pelo Decreto no 4.485/2002, e da IN SLTI/MPOG no 02/2010 e suas alterações, assegurado **à já inscrita o direito de apresentar a documentação atualizada no momento da habilitação.**

5.6. A **regularidade TRABALHISTA**, não constante do SICAF, será verificada por meio de prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

5.7. Procedida à consulta online, serão impressas declarações demonstrativas da situação de cada licitante, as quais serão juntadas aos autos

do processo licitatório, após terem sido assinadas pelos membros da Comissão e por todos os representantes legais das licitantes presentes.

5.8. Caso o licitante não esteja regular no SICAF e comprovar, mediante apresentação do formulário de Recibo de Solicitação de Serviço – RSS, a entrega da documentação a sua Unidade Cadastradora, no prazo regulamentar, a Comissão suspenderá os trabalhos para proceder à diligência, na forma estabelecida no § 3º do art. 43 da Lei no 8.666/93, desde que não seja possível a apresentação da documentação atualizada no momento da habilitação.

5.9. **As licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no envelope “Habilitação”, ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido nesta Tomada de Preço, ou, ainda, com irregularidades, serão inabilitadas, não se admitindo complementação posterior.**

5.10. Não sendo necessária a suspensão da reunião para análise da documentação ou realização de diligências ou consultas, a Comissão decidirá sobre a habilitação de cada licitante, e:

5.10.1. Se, eventualmente, surgirem dúvidas que não possam ser dirimidas de imediato pela Comissão Permanente de Licitação e conduzam à interrupção dos trabalhos, serão elas consignadas em ata e a conclusão da habilitação dar-se-á em sessão convocada previamente, ou mediante publicação de aviso no Diário Oficial da União;

5.10.2. Ocorrendo o desdobramento da sessão de habilitação, nova data e horário serão estabelecidos pela Comissão Permanente de Licitação para a abertura dos envelopes “Proposta”;

5.10.3. As licitantes serão convocadas previamente a comparecer, ou mediante publicação de aviso no Diário Oficial da União, ficando os envelopes **“Proposta”** sob a guarda da Comissão Permanente de Licitação, devidamente rubricados no fecho pelos seus membros e pelos representantes legais das licitantes presentes.

5.11. Após a abertura dos envelopes **“Habilitação”**, o envelope contendo a **“Proposta”**, será aberto:

5.11.1. se houver renúncia registrada em ata e **formalizada por escrito** de todas as licitantes ao direito de interposição de recurso; ou

5.11.2. após transcorrido o prazo regulamentar, sem que tenha havido interposição de recurso; ou

5.11.3. após dado a conhecer o deferimento ou indeferimento de recurso interposto.

5.12. Para abertura dos envelopes de Propostas dos proponentes habilitados, serão adotados os seguintes procedimentos:

5.12.1. Serão abertos os envelopes contendo as Propostas de Preços exclusivamente dos proponentes previamente habilitados na 1ª fase;

5.12.2. Ultrapassada a fase anterior de Habilitação e aberto os envelopes de Proposta de Preços, não mais caberá desclassificar proponentes por motivos relacionados à Habilitação, salvo em razão de fatos Superveniente ou só conhecidos após o julgamento.

5.13. As aberturas dos envelopes **“Habilitação”** e **“Proposta de Preços”** serão realizadas em sessão pública, da qual se lavrará ata circunstanciada, assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitação

e pelos representantes legais das licitantes presentes.

5.13.1. Consideradas as ressalvas contidas neste Edital, qualquer reclamação deverá ser feita no ato da reunião pelos representantes legais das licitantes presentes;

5.13.2. Reclamações que não forem feitas durante a sessão pública, poderão ser realizadas por meio de recurso;

5.13.3. A inabilitação da licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

5.14. Se não houver tempo suficiente para a abertura dos envelopes “Documentação” e “Proposta” em um único momento, em face do exame da documentação e da conformidade das propostas apresentadas com os requisitos deste Edital, os envelopes não abertos, já rubricados no fecho, ficarão em poder da Comissão Permanente de Licitação até a data e o horário marcados para prosseguimento dos trabalhos.

5.15. Todos os documentos e, igualmente, as propostas serão rubricados pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e pelos representantes legais das licitantes presentes à sessão.

5.16. Após a fase de habilitação, não caberá desistência das propostas, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Permanente de Licitação.

5.17. É facultada à Comissão Permanente de Licitação ou à autoridade superior, em qualquer fase desta Tomada de Preço, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente das propostas.

5.18. Considera-se como representante legal qualquer pessoa investida de poderes pela licitante, mediante contrato, procuração ou documento equivalente, para falar em seu nome durante a reunião de abertura dos envelopes, seja referente à documentação ou à proposta.

5.18.1. Entende-se por documento credencial:

5.18.1.1. contrato social, quando a pessoa credenciada for sócia da licitante;

5.18.1.2. procuração ou declaração da licitante com poderes para que a pessoa credenciada possa falar em seu nome em qualquer fase desta licitação, modelo Anexo VI.

5.18.2. Cada representante poderá representar apenas uma licitante;

5.18.3. O documento de representação poderá ser apresentado à Comissão Permanente de Licitação no início dos trabalhos, isto é, antes da abertura dos envelopes “Habilitação” e “Proposta”, ou quando esta o exigir;

5.18.4. A não apresentação do documento legal de representação não inabilitará ou desclassificará a licitante, mas impedirá o seu representante de se manifestar em seu nome.

5.19. Os envelopes contendo as propostas das empresas inabilitadas ficarão à disposição destas empresas pelo período de 10 (dez) dias úteis, contados do encerramento da licitação (transcorrido o prazo regulamentar para interposição de recurso contra o resultado da licitação ou, se for o caso, quando denegados os recursos interpostos), após o que serão destruídos pela Comissão Permanente de Licitação.

5.20. Todos os documentos de habilitação emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

5.21. Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos

5.22. As declarações relacionadas no item 6.2 deverão estar emitidas em papéis timbrados dos Órgãos ou Empresas que as expediram;

5.23. O representante legal que assinar pela empresa licitante deverá estar credenciado para esse fim, comprovando seu credenciamento.

5.24. Os documentos pertinentes e exigidos neste Edital, dentro do Envelope nº 01, deverão, de preferência, serem entregues numerados sequencialmente e na ordem indicada neste Edital, a fim de permitir maior rapidez durante a conferência e exame correspondente.

## **6. DA HABILITAÇÃO - (ENVELOPE Nº 1 - HABILITAÇÃO)**

6.1. A HABILITAÇÃO para participar desta Tomada de Preço compreende:

6.1.1. A habilitação da licitante vencedora será verificada “*on line*” no Sistema de Cadastramento de Fornecedores – SICAF e no sítio [www.tst.jus.br/certidao](http://www.tst.jus.br/certidao) (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), porém caso a licitante cadastrada, OPTAR por apresentar os documentos de habilitação parcial em substituição aos documentos registrados no SICAF, deverá apresentar dentro do ENVELOPE Nº 01, os documentos relacionados a seguir, bem assim aqueles documentos relacionados na Condição 35 deste Edital, documentos este 6.2 que todos os licitantes deverão apresentar.

6.1.2. Relativos à **Habilitação Jurídica**

6.1.2.1. ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

6.1.2.2. inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

6.1.2.3. registro Comercial, no caso de empresa individual;

6.1.2.4. inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e

6.1.2.5. decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

6.1.3. Relativos à **Regularidade Fiscal e Trabalhista**

6.1.3.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

a) A prova de inscrição no CNPJ será feita pela apresentação do “Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral”, obtido na página da RFB na *internet*, no endereço , no serviço de “Emissão



de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral”, em cumprimento ao disposto no *artigo 21 da Instrução Normativa RFB nº 748, de 28/06/2007*, publicada na Seção 1 do DOU de 2/07/2007 e alterações posteriores;

b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado, porém quando se tratar o objeto do certame de prestação de serviço, deverá ser apresentada, obrigatoriamente, a prova de inscrição no cadastro de contribuintes distrital/municipal;

c) prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual/Distrital e Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, observando-se que faz parte da prova de regularidade para com a Fazenda Federal, a apresentação da certidão emitida pela Receita Federal do Brasil – RFB, com informações da situação do sujeito passivo quanto às contribuições sociais previstas nas alíneas ‘a’, ‘b’ e ‘c’ do parágrafo único do art. 11 da Lei n.º 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em dívida ativa do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e, a certidão conjunta, emitida pela RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, com informações da situação do sujeito passivo quanto aos demais tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados.

d) prova de regularidade relativa à Seguridade Social (CND) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, nos termos do Título VII-A da consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

#### 6.1.4. Relativos à Qualificação **Econômico-Financeira**:

6.1.4.1. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

6.1.4.2. Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis de acordo com os itens 6.1.4.3, 6.1.4.4 e 6.1.4.5.

6.1.4.3. Sociedades regidas pela Lei n.º 6.404/76 (sociedade anônima):

a) publicados em Diário Oficial; ou

b) publicados em jornal de grande circulação; ou

c) por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

6.1.4.4. Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

a) por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou

b) - por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante

6.1.4.5. Sociedade criada no exercício em curso:

a) fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

6.1.4.6. o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinadas por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

6.1.4.7. a boa situação financeira será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), que deverão apresentar o valor mínimo igual a 1 (um), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO
	PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

SG =	ATIVO TOTAL
	PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

LC =	ATIVO CIRCULANTE
	PASSIVO CIRCULANTE

a) as fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço;

b) caso o memorial não seja apresentado, a Comissão reserva-se o direito de efetuar os cálculos;

c) se necessária a atualização do balanço e do capital social, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente;

6.1.4.8. Certidão negativa de falência, concordata ou recuperação judicial,

expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de expedição não superior a 30 (trinta) dias, quando não houver prazo de validade expresso no documento.

6.1.5. Os licitantes optantes pelo SICAF deverão apresentar habilitação válida no referido sistema ou os documentos que supram tal habilitação dentro do Envelope n.º 01.

6.2. **Todos os licitantes deverão apresentar dentro do Envelope nº 01, os seguintes documentos:**

6.2.1. Relativos à **Qualificação Técnica**:

6.2.1.1. A licitante deverá apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado pela respectiva Certidão de Registro no **CREA** ou **CAU**, de **que tenha executado satisfatoriamente**:

a) Serviços de reformas em edificações semelhantes ao disposto neste escopo;

b) **Certidão de Pessoa Jurídica, expedida pelo CREA ou CAU**, onde deverá constar o nome dos Responsáveis Técnicos indicados na declaração de responsabilidade e objetivo social da empresa.

c) **Declaração de responsabilidade técnica**, na qual deverá constar a qualificação dos responsáveis técnicos indicados para execução da obra de qualificação de engenharia ou arquitetura. A declaração deverá ser assinada pelo representante legal da licitante, os responsáveis técnicos deverão, comprovadamente, fazer parte do quadro da empresa, sendo admitido o instrumento de prestação de serviços por contrato com firma reconhecida em cartório competente.

d) Apresentação de **Certidões de Acervo Técnico**, emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, em nome da empresa licitante e de profissional da área de Engenharia, integrantes de seu quadro de seu pessoal permanente ou instrumento contratual de prestação de serviços, à data prevista para a licitação, que sejam pertinentes e compatíveis com o objeto, referentes ao atestado apresentado.

e) Atestado de **Vistoria Técnica** conforme item **7 do Projeto Básico**, Anexo I do Edital.

6.2.1.2. Todos os serviços de que trata o item 6.2.1.1 deverão estar discriminados no atestado em nome dos seus responsáveis técnicos, e que contenham características semelhantes ao objeto deste Projeto Básico, não sendo necessário constarem no mesmo atestado;

6.2.1.3. As comprovações dos serviços elencados no item 6.2.1.1 possuem como embasamento legal a Súmula nº 263/2011 emitida pelo Tribunal de Contas da União, conforme *fac-símile*:

*“Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.*”

6.3. **Certidão negativa de falência**, concordata ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica com data de expedição não superior a 30 (trinta) dias, quando não houver prazo de validade expresso no documento.

6.4. Comprovação de **patrimônio líquido** não inferior a 10% (dez por cento) do valor total da proposta, no caso de que qualquer índice do item 6.1.4.7 seja inferior a 1;

6.5. Declaração de **elaboração independente de proposta**, em cumprimento ao disposto na IN MPOG/SLTI no 02/2009, publicada no DOU de 17/09/2009, conforme modelo constante do **Anexo IV deste Edital**.

6.6. Declaração, observadas as penalidades cabíveis, da **inexistência de fato impeditivo** a sua habilitação no presente certame licitatório, conforme modelo constante do **Anexo II deste Edital**;

6.7. Declaração da licitante **de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e a de qualquer trabalho a menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos**, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1998 (Lei n.º 9.854/99). **Anexo III deste Edital**.

6.8. **Declaração de não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado, nos termos do inciso III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal, Anexo V do edital.**

6.9. **Termo de vistoria-Declaração de Vistoria Técnica**, fornecido pelo DNPM SEDE, declarando que a empresa, representada por um profissional regularizado junto ao CREA ou CAU, preferencialmente, que seja do quadro de pessoal da licitante, procedeu vistoria nas instalações do DNPM e de que tomou conhecimento de todas as condições necessárias para a execução dos serviços objeto desta Tomada de Preço, de forma a subsidiar a formulação de sua proposta, condição 39.1.2. e **Anexo VI do PB - Modelo de Termo de Vistoria.**

6.10. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:

6.10.1. Em **nome da licitante**, e, preferencialmente, com número do **CNPJ** e endereço respectivo:

6.10.1.1. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz, mantendo esta a responsabilidade pela entrega dos documentos mencionados;

6.10.1.2. Os atestados de capacidade técnica/responsabilidade técnica poderão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz e/ou da(s) filial(ais) da licitante.

6.11. Todos os documentos apresentados deverão estar dentro dos seus respectivos prazos de validade, estabelecidos pelo órgão emissor e quando não contiverem expressa a sua validade deverão ser datados dos últimos 180 (cento e oitenta) dias até a data de abertura do Envelope n.º 01, exceto aqueles documentos de que trata a sub condição 6.11.1. a seguir.

6.11.1. não se enquadram no prazo de que trata esta sub-condição 6.11, os documentos que, pela própria natureza, não apresentam prazo de validade, que é o caso dos atestados de capacidade (responsabilidade) técnica.

6.12. Os documentos exigidos nesta Tomada de Preço poderão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente ou por membro da Comissão Permanente de Licitação ou publicação em órgão da imprensa oficial.

6.12.1. As cópias dos documentos poderão ser autenticadas pela Comissão Permanente de Licitação, em confronto com o original, se apresentadas até as 16 (dezesesseis) horas do dia anterior à data marcada para o recebimento e abertura dos envelopes “**Habilitação**” e “**Proposta**”;

6.12.2. serão aceitas somente cópias legíveis;

6.12.3. não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas ou fora da validade estabelecida no edital ou órgão emissor e,

6.12.4. a Comissão Permanente de Licitação reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que julgar necessário.

## **7. DA VISTORIA (OBRIGATÓRIA)**

7.1. A licitante deverá vistoriar o local dos serviços, situado na localizado na SAUN, QUADRA 1, BLOCO 'B', ASA NORTE, BRASÍLIA-DF, preferencialmente, com antecedência de até 3 (três) dias ao dia da licitação. A antecedência é solicitada, tendo em vista o necessário tempo hábil, para dirimir possíveis dúvidas após a vistoria, e que deverão ser repassadas a todos os interessados;

7.1.1. A vistoria deverá ser marcada previamente pela licitante, em horário de expediente normal do DNPM, pelo telefone) 3312-6829, e será acompanhada por servidor designado.

7.1.2. Por ocasião da vistoria, o licitante deverá trazer declaração em duas vias, em papel que identifique a empresa, elaborada de acordo com o **Anexo VI do PB - Modelo de Termo de Vistoria**, deste Edital, que será visada por servidor e constituirá documento de habilitação do certame.

## **8. DA PROPOSTA - ENVELOPE Nº 02**

8.1. A **proposta** de preço, apresentada no Envelope nº 02, conforme modelo constante do Anexo II, deverá atender aos seguintes requisitos:

8.1.1. Ser apresentada em **uma via da proposta completa em papel inclusive contendo a memória de cálculo da composição dos custos unitários**, contendo todas as informações exigidas neste Edital e orientadas segundo o **Projeto Básico 02/DENGE-DGADM/2016**, constando o preço proposto expresso em Reais (R\$), em algarismos arábicos e por extenso, devidamente datada e assinada por quem tenha poderes de representação, sem ressalvas, emendas, rasuras ou entrelinhas, **acompanhada dos anexos** (Orçamento Detalhado, incluindo composição de custos unitários para cada um dos serviços integrantes da proposta, composição de BDI e de Encargos Sociais, conforme modelos anexos ao PB 02/DENGE-DGADM/2016, além de Cronograma Físico financeiro.

8.1.1.1. **Os cálculos da composição dos Custos deverão ser entregues em papel e em meio magnético.**

8.1.1.2. A proposta deve fazer menção ao número desta Tomada de Preço e conter a razão social da licitante, o CNPJ, número (s) de telefone (s) e de fax e,

se houver e-mail e o respectivo endereço com CEP, podendo fazer referência ao banco, à agência e respectivos códigos e ao n.º da conta para efeito de emissão de nota de empenho e posterior pagamento;

8.1.1.3. A licitante pode fazer constar quaisquer outras informações julgadas necessárias e convenientes pela licitante.

8.1.1.4. **A composição dos custos impressos deverão ser o resultado dos cálculos por processo eletrônico apresentados em meio magnético.**

8.1.2. Constar o **preço** global proposto, incluindo o BDI - Benefícios e Despesas Indiretas, que deve computar todos os custos necessários para a realização do objeto desta licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, quaisquer outras taxas, custas ou emolumentos que incidam ou venham a incidir sobre a obra e demais serviços, exceto as parcelas relativas ao IRPJ (Imposto de Renda - pessoa jurídica) e à CSLL (Contribuição Social sobre o lucro líquido), conforme Acórdão nº 325/2007 do Plenário do TCU;

8.1.3. Incluir como Anexos o **Orçamento Detalhado**, incluindo composição de custos unitários para cada um dos serviços integrantes da proposta, composição de BDI e de Encargos Sociais, conforme modelos anexos ao PB 01/DENGE-DGADM/2015, além de Cronograma Físico-financeiro, contendo as etapas de execuções dos serviços, objeto do projeto Básico, discriminando os serviços a serem executados.

8.1.3.1. O Orçamento Detalhado deverá discriminar todos os serviços a serem executados, contendo as unidades de medição, quantitativos, preços unitários de todos os itens, subtotais, preço total, BDI e preço global (preço total para execução do objeto da presente licitação acrescido do BDI), que atenda aos seguintes requisitos:

a) expressar em Reais (R\$) os valores monetários, sem fracionários de centavos;

b) apresentar os quantitativos e resultados de todas as operações com apenas duas casas decimais, desprezando as demais;

c) A licitante deverá elaborar o seu Orçamento Detalhado com base neste Edital, seus anexos e na vistoria para conhecimento das condições locais, sendo de sua exclusiva responsabilidade o levantamento de serviços, de quantitativos, dos custos e tudo mais que for necessário para o cumprimento total das obrigações decorrentes da execução do objeto desta licitação. Durante a execução da obra, a contratada não poderá alegar eventuais erros de quantitativos ou omissões de serviços no seu Orçamento Detalhado para justificar aditivos contratuais.

d) Preço Total da execução dos serviços, incluindo todas as despesas referentes à instalação do canteiro de obra, ferramentas, materiais, acessórios, equipamentos, fretes, seguros, mão-de-obra, transportes, alimentação, encargos sociais, taxas, impostos, ou seja, BDI; além de limpeza do local dos serviços, remoção de entulho, e todo o fornecimento dos materiais que forem necessários à perfeita execução dos serviços, objeto do Projeto Básico. Deverá ser apresentada a composição de custos unitários para cada um dos serviços integrantes da proposta, conforme modelo constante no Anexo II do PB;

e) O Cronograma Físico-Financeiro deverá conter as etapas de execuções dos serviços, objeto deste Projeto Básico, discriminando os serviços que serão executados mensalmente, demonstrando o andamento de cada atividade com o respectivo custo estimado de execução e porcentagem, conforme modelo do Anexo V;

f) O Cronograma Físico-financeiro deverá ser, obrigatoriamente, compatível com o prazo de execução proposto pela licitante e com o Orçamento Detalhado apresentado, tanto no que se refere aos itens quanto aos valores.

g) O percentual atribuído para cada etapa dos diversos itens deverá ser coerente com a complexidade e a interdependência dos serviços, refletindo a proporcionalidade e sequência das etapas em relação ao total do item.

h) Considerando que o critério para pagamento das parcelas exige etapas efetivamente concluídas, a licitante deverá preparar seu Cronograma Físico-financeiro de forma a refletir adequadamente o andamento esperado dos serviços.

i) A Composição Analítica do BDI deverá ser apresentada conforme modelo do Anexo **IV** do PB, discriminando todos os custos indiretos, incluindo despesas indiretas administrativas, administração central, tributos, seguros, imprevistos, despesas financeiras e lucro (ou benefícios).

j) O valor do BDI constante da planilha de Orçamento Estimado é uma estimativa da Administração. Cada licitante deverá preencher a sua planilha Composição Analítica do BDI, apresentada no Anexo IV do PB, de acordo com os seus custos próprios, de modo a demonstrar analiticamente a composição do BDI utilizado na formação do preço global da proposta, respeitando, quando aplicáveis, os limites constantes do Acórdão 325/2007 – Plenário TCU;

k) As despesas relativas aos tributos **IRPJ e CSLL não deverão ser incluídas no BDI** como despesas indiretas, uma vez que se referem a tributos incidentes sobre o lucro, não podendo ser classificado como despesa indireta decorrente de execução de um determinado serviço (vide Acórdão 325/2007 – Plenário TCU).

8.2. Em caso de divergência entre o preço por extenso e por algarismo, prevalecerá o primeiro.

8.3. As licitantes deverão, para fins de elaboração da proposta, verificar e comparar todos os projetos para execução do objeto desta Tomada de Preço:

8.3.1. No caso de falhas, erros, discrepâncias ou omissões, bem como transgressões às Normas Técnicas, regulamentos ou posturas, caberá à licitante formular imediata comunicação escrita à Comissão Permanente de Licitação, no prazo estabelecido na Condição 4 deste Edital, para fins de esclarecimento por parte da Comissão.

8.4. Em nenhuma hipótese o conteúdo das propostas poderá ser alterado, seja no preço finais dos serviços ou qualquer outra condição que importe modificação dos seus termos originais.

8.4.1. Serão corrigidos automaticamente pela Comissão Permanente de

Licitação quaisquer erros aritméticos, bem como as divergências que porventura ocorrerem entre o preço unitário e o total do item, quando prevalecerá sempre o primeiro;

8.4.2. Erros materiais ou de composição interna do custo unitário, poderão ser corrigidos automaticamente pela Comissão Permanente de Licitação, caso seja mantida a proposta original.

8.4.3. A falta de data e/ou rubrica da proposta somente poderá ser suprida pelo representante legal presente à reunião de abertura dos envelopes “Proposta” e com poderes para esse fim, sendo desclassificada a licitante que não satisfizer tal exigência;

8.4.4. A falta do CNPJ e/ou endereço completo poderá, também, ser suprida com aqueles constantes dos documentos apresentados dentro do Envelope n.º 01 - “**Habilitação**”.

## 9. **DOS PREÇOS**

9.1. A licitante deverá indicar os preços unitário e total por item e subitem, e, ainda, o **global** da proposta, conforme Seção VIII.

9.2. Não serão consideradas propostas com alternativas de preços, nem qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes;

9.3. Nos preços cotados deverão estar inclusos os encargos sociais e trabalhistas, impostos, as taxas, as despesas indiretas e o lucro bruto da licitante, todos os equipamentos, instrumentos, ferramentas e máquinas necessários ao desenvolvimento dos trabalhos, enfim, quaisquer outras despesas necessárias à realização dos serviços, bem assim, deduzidos quaisquer descontos que venham a ser concedidos.

9.4. A cotação apresentada e levada em consideração para efeito de julgamento será de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

## 10. **DOS PRAZOS**

10.1. O prazo de execução dos serviços será de, no máximo, 120 **(cento e vinte) dias corridos**, que será contado na **data de recebimento** da Ordem de Serviços.

10.2. Qualquer serviço a ser realizado aos sábados, domingos e feriados ou horários noturnos, deverá ser previamente comunicado à FISCALIZAÇÃO da obra, mediante comunicação que liste os serviços a serem executados, enviada com uma antecedência mínima de 24 horas.

10.2.1. Quaisquer serviços a serem realizados aos sábados, domingos, feriados e horários noturnos dependerão de prévia e formal comunicação à FISCALIZAÇÃO e não implicarão nenhuma forma de acréscimo ou majoração do preço pactuado para a execução da obra ora licitada, razão pela qual será improcedente a reivindicação de restabelecimento de equilíbrio econômico-financeiro, bem, ainda, “horas-extras” ou “adicionais-noturnos”, uma vez que a CONTRATADA se obrigará a dimensionar o horário dos trabalhos de acordo com os parâmetros apontados nesta Tomada de Preço.

10.3. A proposta deverá ter a validade mínima de 60 (sessenta) dias, contada da data estabelecida no preâmbulo desta Tomada de Preço para o recebimento dos envelopes “**Habilitação**” e “**Proposta**”.



10.4. O prazo de garantia da obra não poderá ser inferior a 5 (cinco) anos, contados da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo da obra a ser providenciado por comissão designada pela autoridade competente.

10.5. Caso os prazos estabelecidos nas condições anteriores não estejam expressamente indicados na proposta, os mesmos prazos serão considerados como aceitos para efeito de julgamento.

10.6. O prazo previsto na Condição 47 poderá ser excepcionalmente prorrogado, quando solicitado pela CONTRATADA, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, elencado na Lei Federal nº 8.666/93, devidamente comprovado e aceito pela Administração do DNPM.

10.7. Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade das propostas, ou seja, 60 (sessenta) dias, e caso persista o interesse do DNPM, poderá ser solicitada prorrogação geral da validade referida a todas as licitantes classificadas, por igual prazo, no mínimo.

10.8. Decorridos 60 (sessenta) dias da data do recebimento e início da abertura dos envelopes, sem a solicitação ou a convocação de que tratam as Condições 53 e 74, respectivamente, as licitantes ficam liberadas dos compromissos assumidos.

## **11. DO ENQUADRAMENTO LEGAL DA LICITAÇÃO**

11.1. Trata-se de licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇO**, do tipo "**MENOR PREÇO**", enquadrada nos artigos 10, inciso II, alínea "a", 22, inciso I, e 45, § 1º, inciso I, todos da Lei nº 8.666/93.

## **12. DA DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

12.1. Após a análise das propostas, serão desclassificadas, com base nos artigos 40, inciso X, 44, § 3º e 48, incisos I e II da Lei nº 8.666/93, as propostas que:

12.1.1. Apresentarem valor global superior ao orçamento estimado ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto deste Edital;

12.1.2. Apresentarem preços unitários superiores aos constantes na planilha orçamentária elaborada pelo Departamento Nacional de Produção Mineral, conforme **Anexo I do PB- 02/DENGE-DGADM/2016-Orçamento Estimativo**.

12.1.2.1. Em condições especiais, devidamente justificadas em relatório técnico circunstanciado que comprove valor justo, aprovado pela autoridade competente, poderão os custos unitários, propostos pelos **licitantes**, ultrapassar os respectivos custos previstos na planilha orçamentária do DNPM.

12.1.2.2. Não sendo aceitas as justificativas, somente ocorrerá a desclassificação do **licitante** caso este não concorde em alterar os itens que apresentem custo unitário superior, no prazo fixado pela **Comissão**.

12.1.3. Não atenderem às exigências contidas nesta Tomada de Preço.

12.2. Consideram-se manifestamente inexequíveis as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

12.2.1. Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração; ou

12.2.2. Valor orçado pela Administração.

12.3. Dos licitantes classificados na forma da **Condição 12.2** cujo valor global da proposta for inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem às **Subcondições 12.2.1 e 12.2.2**, será exigida, para assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, dentre as modalidades previstas no § 1º do art. 56 da Lei 8.666/93, igual à diferença entre o valor resultante da **Condição 12.2** e o valor da correspondente proposta.

12.4. Quando todas as licitantes forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão Permanente de Licitação poderá fixar as licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas de inabilitação ou desclassificação, exceto com referência ao preço.

### 13. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

13.1. Após analisar a conformidade das propostas com o estabelecido nesta Tomada de Preço, será declarada como mais vantajosa para a Administração a proposta que apresentar o **menor preço global**;

13.1.1. Considera-se preço global o valor total apurado na proposta, ou seja, o somatório de todos os itens da planilha de preços apresentada.

13.2. A Comissão Permanente de Licitação poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao Quadro de Pessoal do DNPM ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar-se na sua decisão.

13.2.1. A Comissão Permanente de Licitação reserva-se o direito de solicitar dos licitantes, para efeito de análise e caso entenda necessário, a apresentação da relação da marca e do modelo dos materiais considerados na composição dos preços ofertados.

13.2.2. A Comissão Permanente de Licitação efetuará análise individual dos preços unitários cotados nas propostas dos licitantes.

13.2.2.1. Caso se verifique na proposta de menor valor global a ocorrência de itens com preços unitários superiores aos orçados pelo DNPM no **Anexo I do PB- 002/DENGE-DGADM/2016 - Orçamento Estimativo**, o licitante deverá apresentar relatório técnico circunstanciado, justificando a composição e os preços unitários ofertados.

13.2.2.2. Caso as justificativas apresentadas não sejam acatadas pela Comissão Permanente de Licitação, o licitante deverá adequar sua proposta ao orçamento-base elaborado pelo DNPM, sob pena de desclassificação da proposta.

13.3. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista nessa Tomada de Preço, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, preço ou vantagem baseados nas ofertas das demais licitantes.

13.4. Não se admitirá proposta que apresentar o preço global ou preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, ainda que esta Tomada de Preço não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da própria licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

13.5. À Comissão Permanente de Licitação, além do recebimento e exame das propostas, caberá o julgamento da obediência às condições aqui estabelecidas, bem como em seus Anexos, e a decisão quanto às dúvidas ou omissões deste Edital.

#### **14. DO DESEMPATE**

14.1. No caso de empate entre duas ou mais propostas, será efetuado sorteio em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados.

#### **15. DO DIREITO DE PETIÇÃO**

15.1. Observado o disposto no artigo 109 da Lei n.º 8.666/93, a licitante poderá apresentar recurso ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou lavratura da ata, nos casos de habilitação ou inabilitação da licitante ou do julgamento das propostas, anulação ou revogação desta Tomada de Preço.

15.1.1. Para efeito do disposto no § 5º do art. 109 da Lei n.º 8.666/93, ficam os autos desta Tomada de Preço com vista franqueada aos interessados.

15.2. Interposto, o recurso será comunicado às demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

15.3. Findo o período previsto na condição anterior, impugnado ou não o recurso, a Comissão Permanente de Licitação poderá, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, reconsiderar a sua decisão ou fazê-lo subir, devidamente informado, a Autoridade Competente.

15.4. Quaisquer argumentos ou subsídios concernentes à defesa da licitante que pretender modificação total ou parcial das decisões da Comissão Permanente de Licitação deverão ser apresentados por escrito, exclusivamente, anexando-se ao recurso próprio.

15.4.1. O recurso interposto deverá ser comunicado à Comissão Permanente de Licitação, logo após ter sido protocolizado no Setor de Protocolo do DNPM/SEDE, localizado no SAN Quadra 1, Bl. B, Asa Norte, Brasília-DF CEP nº. 70.041-903.

#### **16. DA ADJUDICAÇÃO**

16.1. A execução do objeto desta Tomada de Preço será adjudicada GLOBALMENTE a uma única empresa, depois de atendidas as condições previstas neste Edital e seus Anexos.

#### **17. DO TERMO DE CONTRATO**

17.1. Sem prejuízo do disposto no Capítulo III a IV da Lei n.º 8.666/93, o contrato referente à execução da reforma das instalações elétricas para instalação de aparelhos de ar condicionado do edifício-sede do DNPM será formalizado e conterá as condições especificadas neste instrumento convocatório.

17.2. Quaisquer condições apresentadas pelo adjudicatário em sua proposta, se pertinentes, poderão ser acrescentadas ao contrato a ser assinado.

#### **18. DA ASSINATURA DO TERMO DE CONTRATO**

18.1. O DNPM convocará oficialmente ao adjudicatário, durante a validade da sua proposta para, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, assinar o contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei n.º 8.666/93.

18.2. O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração do DNPM.

18.3. É facultada à Administração do DNPM, quando a convocada não assinar o referido documento no prazo e condições estabelecidos, chamar as licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços atualizados, ou revogar esta Tomada de Preço, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei n.º 8.666/93.

18.3.1. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração do DNPM, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

18.3.1.1. O disposto nesta subcondição não se aplica às licitantes convocadas nos termos do art. 64, § 2º da Lei n.º 8.666/93, que não aceitarem a contratação, nas mesmas condições propostas pelo primeiro adjudicatário, inclusive quanto ao prazo e preço.

## 19. DO PAGAMENTO

19.1. O pagamento será feito na forma constante na Cláusula Terceira do Instrumento Contratual, cuja minuta consta **no Anexo VII deste Edital**.

## 20. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

20.1. As obrigações contratuais das partes estão previstas na Cláusula Sétima do Instrumento Contratual, cuja minuta consta **no Anexo VII deste Edital**.

## 21. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

21.1. É facultado a qualquer cidadão impugnar, por escrito, os termos do presente Edital, até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para recebimento dos envelopes “**Habilitação**” e “**Proposta de Preços**”, devendo a Administração do DNPM, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, julgar e responder à impugnação em até 03 (três) dias úteis.

21.2. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital perante do DNPM a licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder à data marcada para recebimento dos envelopes “**Habilitação**” e “**Proposta de Preços**”, apontando as falhas ou irregularidades que o viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

21.3. A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar desta Tomada de Preço, até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

21.3.1. A impugnação interposta deverá ser comunicada à Comissão Permanente de Licitação, logo após ter sido protocolizada no Setor de Protocolo do DNPM Sede, Brasília/DF.

## 22. DA TOMADA DE PREÇO

22.1. A Administração do DNPM, com relação a esta Tomada de Preço:

22.1.1. Deverá anulá-la, se houver ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado; ou

22.1.2. Poderá revogá-la, a seu juízo, se for considerada inoportuna ou

inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta; ou

22.1.3. Poderá transferir a data de abertura dos envelopes “Habilitação” e “Proposta de Preços”, por sua conveniência exclusiva.

22.2. Será observado, ainda, quanto ao procedimento desta Tomada de Preço:

22.2.1. A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei n.º 8.666/93;

22.2.2. A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado, ainda, o dispositivo citado na subcondição anterior; e

22.2.3. No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

## 23. DA DOTAÇÃO

23.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos recursos consignados ao DNPM no Orçamento Geral da União para o exercício de 2016, a cargo do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, com:

23.1.1. PT: 22.122.2119.15AL.0001 - REFORMA DE UNIDADES DO DNPM - REFORMA DO DNPM SEDE

23.1.2. DESPESA: 33.90.39.00- MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS

## 24. DA GARANTIA CONTRATUAL

24.1. O DNPM exigirá da (s) empresa (s) vencedora (s), por ocasião da assinatura do contrato, garantia para o cumprimento das cláusulas contratuais, em qualquer uma das modalidades seguintes: caução em dinheiro ou títulos da dívida pública; seguro garantia; ou fiança bancária, no montante correspondente a **3% (três por cento)** do valor total do contrato, a qual será liberada após o término da vigência contratual, desde que não haja pendências.

24.2. No caso de opção por **Títulos da Dívida Pública**, estes deverão ser emitidos pelo Tesouro Nacional e custodiados na Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos - CETIP, sob a fiscalização do Banco Central do Brasil, ou junto a instituições financeiras, sob as regras do Sistema Especial de Liquidez e Custódia de Títulos Públicos Federais - SELIC.

24.2.1. Devem, ainda, ser revestidos de liquidez livremente negociados no mercado de valores mobiliários e, ainda, sua titularidade estar gravada em nome da empresa Contratada, nos termos da legislação em vigor.

24.3. No caso da opção pelo **seguro garantia** o mesmo será feito mediante entrega da competente apólice emitida por entidade em funcionamento no País e em nome do DNPM Sede, cobrindo o risco de quebra do contrato, pelo prazo da duração do contrato, devendo a Contratada providenciar sua prorrogação, por toda a duração do contrato, independente de notificação do DNPM Sede/DF, sob pena de rescisão contratual.

24.3.1. O seguro garantia deverá ser apresentado em via original da apólice completa, ou seja, com as Especificações Técnicas do Seguro, Condições Gerais e as Condições Especiais da Garantia, impressas em seu verso ou anexas e suas condições gerais, deverão atender aos Anexos I e II da Circular SUSEP nº 232, de 03/06/03, e conter as seguintes condições particulares:

24.3.1.1. nenhuma alteração no contrato celebrada entre tomador e segurada elide o pagamento do seguro, estando, no entanto, limitado este pagamento ao valor máximo da apólice e endossos, se houverem;

24.3.1.2. o prazo da presente apólice se encerra quando o objeto do contrato principal garantido for definitivamente realizado mediante termo ou declaração assinada pelo segurado ou devolução da apólice.

24.3.2. Deverão ser apresentados, com o seguro-garantia, os seguintes documentos:

24.3.2.1. cópia das Condições Contratuais Gerais (Contra-Garantia) firmadas entre a Seguradora e a Contratada/Tomadora do Seguro;

24.3.2.2. cópia de comprovante de pagamento do prêmio tarifário total ou parcelado;

24.3.2.3. cópia de documento comprobatório de aceitação da cobertura de resseguro pelo IRB - Instituto de Resseguros do Brasil, quando houver resseguro facultativo; caso não haja resseguro de modo facultativo, a seguradora fará constar da apólice que o resseguro ocorre de forma automática em função do limite da seguradora.

24.3.2.4. documentos que atestem o poder de representação do signatário da apólice.

24.4. No caso de fiança bancária, esta deverá preencher os requisitos a seguir discriminados:

24.4.1. deve haver referência ao número do contrato;

24.4.2. o valor afiançado deve ser igual ao valor expresso no contrato, na data em que prestada, devidamente corrigida;

24.4.3. o fiador deve possuir idoneidade – no caso de instituição financeira, enquanto esta estiver ativa, presume-se idônea, haja vista a fiscalização exercida pelo BACEN;

24.4.4. deve haver renúncia expressa pelo emitente da fiança ao benefício de ordem previsto no art. 827 do Código Civil, assim como a possibilidade de exonerar-se da fiança prevista no art. 835 da mesma lei substantiva civil;

24.4.5. deve haver cláusula expressa pelo emitente da fiança de renúncia ao disposto do inciso I do art. 838 do Código Civil;

24.4.6. declaração da instituição financeira de que a carta fiança é concedida em conformidade com o disposto no art. 34 da Lei no 4.595, de 31 de dezembro de 1964, nos termos do art. 2º da Resolução CMN no 2.325, de 1996, do Conselho Monetário Nacional;

24.4.7. o subscritor da fiança deve comprovar os poderes para atendimento das exigências estipuladas;

24.4.8. a fiança deve ser concedida com prazo vinculado a execução contratual;

24.4.9. apresentar documentos que atestem o poder de representação do signatário da carta-fiança;

24.4.10. no instrumento da fiança deve constar a eleição do foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, em Brasília, para a cobrança ou para dirimir questões relativas à carta.

24.4.11. Se o valor da garantia for utilizado em pagamento de qualquer

obrigação, inclusive indenização a terceiros, a licitante obrigar-se-á a fazer a respectiva reposição, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data em que for notificada, prorrogáveis a critério da administração desde que por motivo justificado.

## **25. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS DO CERTAME LICITATÓRIO**

25.1. As sanções administrativas abaixo descritas, aplicáveis durante o certame licitatório, estão em conformidade e tem como norte a Lei nº 8.666/93 que instituiu no âmbito da União, a Tomada de Preço como uma das modalidades de licitação.

25.2. Ocorrendo a não-veracidade das informações prestadas o adjudicatário ficará sujeito a penalidades, garantida prévia defesa em regular processo administrativo, a ser conduzido pela área competente da Administração.

25.3. A empresa detentora da melhor proposta, cujo objeto foi a ela **adjudicado**, sofrerá a aplicação de **multa**:

25.3.1. **de 1% (um por cento por cento) sobre o valor total de sua proposta final vencedora**, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis, se der causa a pelo menos um dos inadimplementos estabelecidos a seguir:

25.3.1.1. **Atraso injustificado na assinatura do Contrato;**

25.3.1.2. **Apresentar documentação falsa**, ainda que parcialmente;

25.3.1.3. **Não mantiver sua proposta integralmente** nos termos e valores em que foi regularmente apresentada e aceita pela Comissão;

25.3.1.4. **Comportar-se de modo inidôneo;**

25.3.1.5. **Fizer declaração falsa**, ainda que parcialmente, quanto a qualquer dos requisitos de habilitação exigidos e/ou quanto ao cumprimento de quaisquer das demais exigências previstas no Edital e seus Anexos;

25.3.1.6. **Cometer fraude fiscal.**

25.3.2. **de 2% (dois por cento) sobre o valor total de sua proposta**, em caso de recusa injustificada do licitante adjudicatário na assinatura do Contrato, **após 30 (trinta) dias do prazo estabelecido na Condição 73 deste Edital**, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

25.4. A empresa detentora da melhor proposta, cujo objeto foi a ela **adjudicado**, sofrerá **Suspensão Temporária** de participação em licitação e impedimento de contratar com o DNPM caso se **recuse injustificadamente a celebrar o contrato**, nos termos do art. 81 da Lei n.º 8.666/93;

25.5. **A EMPRESA CONTRATADA** que ensejar o **retardamento da execução, falhar na execução, ensejar atraso ou erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inexecução total ou parcial** ou o **descumprimento de qualquer cláusula ou condição contida no Edital e seus Anexos ou Proposta Vencedora**, ficará sujeita as penalidades previstas na Cláusula Décima Quarta do Instrumento Contratual, cuja minuta integra o **Anexo VII deste Edital**.

25.6. No processo de aplicação da sanção administrativa é assegurado o direito ao contraditório e a ampla defesa, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo legal, conforme o § 3º do art. 87 da Lei no 8.666/93.

25.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

25.8. Os valores das multas aplicadas deverão ser recolhidos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da notificação para pagamento.

## **26. DAS INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS E COMPLEMENTARES**

26.1. Durante a execução do contrato, as dúvidas e/ou omissões, porventura existentes nas Especificações constantes deste Edital, serão resolvidas pela FISCALIZAÇÃO do contrato.

26.2. Todos os trabalhos deverão ser executados por mão-de-obra qualificada, devendo a CONTRATADA estar ciente das normas técnicas, correspondentes a cada um dos serviços constantes das Especificações do objeto.

26.3. A CONTRATADA ficará obrigada a executar fielmente os serviços programados nas especificações, não se admitindo modificações sem prévia consulta e concordância do DNPM.

26.4. A Comissão não se responsabilizará por esclarecimentos que não tenham chegado aos interessados, em face de insuficiência de dados no endereço ou por incorreção dos mesmos no documento por ela recebido.

26.5. Todo e qualquer comunicado oficial da Comissão sobre a presente licitação, será afixado no quadro de avisos localizado na entrada principal do edifício DNPM e publicado na imprensa oficial.

## **27. DISPOSIÇÕES FINAIS**

27.1. A licitante deverá indicar em sua proposta, ou encaminhar até a data de assinatura do contrato, o nome e o número do telefone do seu preposto para representá-la na execução do contrato, que estará sujeito à aceitação da Administração do DNPM.

27.2. Em caso de dúvida, o interessado deverá contatar a **Comissão Permanente de Licitação** por meio dos telefones (61) 3312-6828 ou 6682 ou do correio eletrônico *cpl@dnpm.gov.br*, no horário das 09:00 às 12:00 e das 14:30 às 17:00 horas, para obtenção dos esclarecimentos que julgar necessários.

## **28. DOS ANEXOS**

28.1. **São partes integrantes do Projeto básico os seguintes anexos:**

28.1.1. ANEXO I - Projeto Básico - Planilha Orçamentária;

28.1.2. ANEXO II - Projeto Básico - Modelo de Planilha de Composição de Preços Unitários;

28.1.3. ANEXO III - Projeto Básico - Modelo de Planilha de Encargos Sociais;

28.1.4. ANEXO IV - Projeto Básico - Modelo de Composição de Bonificações e Despesa Indiretas

28.1.5. ANEXO V - Projeto Básico - Cronograma Físico-Financeiro;

28.1.6. ANEXO VI - Projeto Básico - Modelo Termo de Vistoria;

28.1.7. ANEXO VII - Projeto Básico - Modelo de Ordem de Serviço

28.2. **São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:**

28.2.1. ANEXO I - Projeto Básico 002/DENGE-DNPM/2016 **EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E TRATAMENTO DO CONCRETO DAS FACHADAS NO EDIFÍCIO SEDE DO DNPM/DF - Prédio ocupado;**



- 28.2.2. ANEXO II – Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos;
- 28.2.3. ANEXO III – Declaração de que não emprega menor;
- 28.2.4. ANEXO IV – Declaração de proposta independente;
- 28.2.5. ANEXO V– Declaração de não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado;
- 28.2.6. ANEXO VI - Modelo de Procuração;
- 28.2.7. ANEXO VII - Minuta do Contrato.

## 29. DO FORO

29.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas na Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, em Brasília-DF.



Documento assinado eletronicamente por **Andréa Aparecida da Silva, Chefe de Divisão**, em 10/11/2016, às 09:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, do art. 6º, do Decreto nº8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [www.dnppm.gov.br/autenticidade](http://www.dnppm.gov.br/autenticidade), informando o código verificador **0016666** e o código CRC **C28CB29D**.

## ANEXOS AO EDITAL

### ANEXO I DO EDITAL

#### PROJETO BÁSICO 002/DENGE-DNPM/2016

#### SERVIÇO DE LIMPEZA E TRATAMENTO DO CONCRETO APARENTE DAS FACHADAS E VIGAS DO EDIFÍCIO SEDE DO DNPM, EM BRASÍLIA-DF

## 30. JUSTIFICATIVA

30.1. O concreto componente das fachadas do edifício sede do DNPM apresenta-se em estado de desagregação. Há vários pontos de manchas e armaduras expostas e oxidadas. Tudo isso confere um aspecto sujo e sem destaque às fachadas.

30.2. Para que as fachadas apresentem o destaque e o aspecto que um edifício que uma instituição pública deve ter, é necessária a execução dos serviços de limpeza e tratamento de seu concreto aparente, tal como

especificado neste Projeto Básico.

### **31. OBJETO**

31.1. Contratação empresa especializada, para realizar serviço de limpeza e tratamento do concreto das fachadas do edifício sede do DNPM, em Brasília-DF, conforme especificações fornecidas neste Projeto Básico.

### **32. LOCAL DOS SERVIÇOS**

32.1. **Edifício Sede do DNPM, Setor de Autarquias Norte, Quadra 01, Bloco B, Brasília - DF.**

### **33. ESPECIFICAÇÕES**

33.1. Serviços preliminares

33.1.1. A Contratada fornecerá andaimes fachadeiros para acesso à fachada, incluindo tela galvanizada de proteção e plataforma de trabalho em madeira, para execução dos serviços.

33.1.2. A Contratada deverá proceder à limpeza de superfície por meio de aplicação de hidrojateamento. Para eliminar produtos utilizados na proteção superficial da estrutura, bolor, fuligem, manchas de infiltração e ainda auxiliar na identificação das áreas que deverão receber os tratamentos específicos, recomendam-se efetuar um hidrojateamento, sendo a água, potável, fria, livre de partículas, cloretos e/ou outros agentes que possam ser nocivos ao concreto. A aplicação do jato de água deverá ser realizada através de equipamento com bico direcional (tipo leque) e de pressão superior a 6000 lb/pol<sup>2</sup> (psi). Deve ser empregada técnica de movimentos circulares no sentido descensional, mantendo-se uma pressão constante no compressor. Caso haja locais onde o hidrojateamento não consiga, por si só, remover os agentes externos (fuligem, bolor, etc.) deverá ser aplicado lixamento mecânico com politriz munida de lixa de carborundum nº 36 ou 40 até a completa remoção do material impregnado.

33.1.3. A Contratada executará exame de percussão com martelo geólogo (ponta viva) na estrutura da fachada para determinação das áreas onde o concreto apresenta algumas anomalias, tais como: Concreto Desagregado; Concreto Desplacado e Concreto Segregado. Toda superfície que apresentar som cavo quando da auscultação percussiva deverá ser demarcada. Assim sendo, com lápis estaca circunscrever as regiões que receberão os tratamentos específicos de maneira a formar figuras geométricas regulares, evitando o excesso de arestas.

### **34. RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL**

34.1. A Contratada fará a demolição superficial utilizando marteletes pneumáticos leves (6 a 10 kg) retirar o concreto de cobrimento das áreas demarcadas, até que seja possível visualizar as barras de aço e passar a mão por trás da armadura. As regiões a serem tratadas deverão compreender, além do trecho que apresenta corrosão, mais 5,0 a 10,0 cm de barra sã em cada extremidade das armaduras. Para isto a demolição deverá compreender esta área, mesmo que exceda a região demarcada. Neste caso, após a demolição, deverá ser refeita a demarcação com lápis estaca, formando nova figura geométrica regular.

34.2. A Contratada fará a delimitação do concreto, após análise da região da anomalia do concreto, à delimitação desta área de trabalho com equipamento manual tipo serra mármore, possibilitando a demarcação em figura geométrica sem danificar a armadura existente.

34.3. A Contratada fará o corte de concreto na região em que o concreto apresentar desagregação, sinais de deslocamento do concreto ou ainda com sintomas de oxidação das armaduras, onde serão escarificadas com auxílio de rebarbadores, martelotes, martelos de baixa potência ou manualmente, com uso de ponteiros e marretas, até atingir a camada de concreto são, homogêneo, armaduras integras e livres de corrosão. Os cortes serão perpendiculares ao plano da superfície externa;

34.4. A Contratada fará o apicoamento (escarificação) de concreto para regularização da área do corte de concreto, possibilitando a remoção da camada superficial de baixa resistência, fazendo que o substrato do concreto tenha uma boa incorporação com a nova camada a ser aplicada, com emprego de ponteiro e marretas ou com auxílio de ferramentas pneumáticas específicas;

34.5. A Contratada executará a limpeza da superfície expostas, do concreto original cortado ou apicoado e das armaduras, serão rigorosamente limpas.

34.6. A Contratada executará tratamento de armaduras com auxílio de jateamento abrasivo com escória de cobre ou granalha de ferro, realizado com sistema pneumático e filtros, acompanhado de rodízios magnéticos que permitem a coleta do pó. Ao final do jateamento, deverá ser feita criteriosa inspeção visual para avaliar possíveis pontos que não apresentam-se totalmente livres de carepas ou ainda com perda de seção transversal superior a 20% de seu diâmetro original. No primeiro caso, deverá ser refeito o jateamento abrasivo. Já no último caso deverá ser providenciada a substituição da(s) barra(s).

34.7. Para armaduras fortemente corroídas e seccionadas serão executadas substituições das armaduras. Caso seja constatada perda de seção por corrosão superior a 20% de seu diâmetro original ou seccionamento de barras, proceder a substituição das armaduras utilizando-se traspasse, solda ou luvas rosqueáveis. No caso de solda, observar prescrições da NBR 6118/2007 – “Projeto e execução de obras em concreto armado”, item 6.3.5.4 “Emendas com solda”. Cada nova barra deverá ter as mesmas características da existente quando sã. A escolha da solução mais adequada deverá ser feita no momento da recuperação, avaliando a situação, posição entre outros fatores.

34.8. Após a preparação do aço estrutural, deve ser aplicado imediatamente o revestimento de proteção contra a corrosão de base mineral e monocomponente. Deve ser aplicado em duas demãos, com um tempo de secagem entre as camadas de aproximadamente 3 horas a 20°C. O sistema de proteção contra a corrosão deve possuir certificado de teste que ateste a eficácia do sistema como proteção contra a corrosão após ser sucessivamente submetido ao teste com água destilada de acordo com a DIN 50017 (10 ciclos), com água destilada com SO<sub>2</sub> de acordo com a DIN 50018 (10 ciclos) e teste de névoa salina de acordo com a DIN 50021 (5 dias). Produto: Zentrifix KMH, ou similar.

34.9. A Contratada executará grauteamento com argamassa tixotrópica com alta resistência inicial e final à compressão, flexão, torção e impacto, ou argamassa tixotrópica nos locais de tratamento de concreto rasos e profundos. A argamassa deverá ter propriedades tixotrópicas e apresentar resistência característica à compressão aos 28 dias de no mínimo 30 MPa. Produto: Zentrifix GM2 ou similar. A argamassa de reparo deve ser aplicada úmido sobre úmido, sobre a ponte de aderência ainda fresca. Se a ponte de aderência secar então uma outra demão deve ser aplicada antes da aplicação de argamassa de

reparo.

34.10. Deve ser realizada a realcalinização bem como a silicatização do concreto. Primeiramente deve ser executada a realcalinização com produto MC-ReSIL EPZ (ou tecnicamente similar) que deve ser aspergido sobre a superfície com um pulverizador costal (spray), pintado com trincha ou espalhado com vassoura de pelo de cerdas flexíveis em superfícies horizontais. Quando aplicado em superfícies irregulares, o produto deve ser espalhado sobre a superfície para que nenhum empoçamento seja visível. Após 24 horas da aplicação do produto, deve-se dar início a aplicação por aspersão do MC-ReSIL EPZ B (ou tecnicamente similar) sobre a superfície com um pulverizador costal (spray), pintado com trincha ou espalhado com vassoura de pelo de cerdas flexíveis em superfícies horizontais que deve ser aplicado diretamente sobre o concreto realcalinizado com consumo de 300 g/m<sup>2</sup> em duas demãos com intervalos de aproximadamente de 30 minutos. Assim que as 2 demãos do produto comecem a secar em aproximadamente 1 hora, umedeça levemente a superfície com água limpa para ajudar a penetração dos eletrólitos alcalinos no substrato do concreto. É importante que o substrato seja mantido úmido em toda a superfície através de cura úmida por um período mínimo de 24 horas, aspergindo água por no mínimo 3 vezes ao dia. Com término da cura pode-se dar início a aplicação de revestimentos sobre o substrato realcalinização e silicatizado.

34.11. A próxima etapa é o estucamento do concreto que tem como objetivo homogeneizar a estrutura, principalmente após a execução dos reparos no concreto com argamassa polimérica, pois a coloração da argamassa polimérica é diferente da cor do concreto existente. Assim, faz-se necessário o estucamento do concreto com argamassa fina de regularização e acabamento, industrializada, com alta resistência ao arranque e coloração compatível com a do concreto existente. A Contratada executará a estucagem em toda a fachada, que consiste na mistura de cimento estrutural branco, cimento comum e resina acrílica.

34.12. A Contratada executará lixamento da superfície estucada, com execução manual com lixa apropriada, a fim de proporcionar um acabamento uniforme do concreto tratado e retirar o excesso do estuque.

34.13. A Contratada executará tratamento de superfície verticais e horizontais de concreto que forem estucadas, com aplicação de verniz formulado com base de resina acrílica pura, em emulsão, para uso externo e interno. Altamente resistente às intempéries. Excelente desempenho à ação do ozônio, névoa salina e gases poluentes. Filme lavável, antiaderente à fuligem e poeira. Máxima durabilidade quanto ao efeito de raios ultravioleta.

34.14.

34.15. A Contratada executará preparação e injeção de resina epoxídica nas fissuras do concreto até 5 mm, com perfuração de concreto, colocação de purgadores, colmatação entre os drenos com argamassa de resina epoxídica.

34.16.

34.17. A Contratada executará tratamento e recuperação das juntas de dilatação que estiverem comprometidas, com execução de lábios poliméricos e aplicação de perfil elastomérico de neoprene - tipo 25x35 mm.

34.18. Cada letra do letreiro deve ser retirada, limpa e polida com produto específico para o material aço inoxidável. Após a execução dos serviços, deve ser recolocado exatamente na mesma posição anteriormente encontrado.

34.19. Limpeza do local.

34.20. O total aproximado da área a ser tratada é de **3.636,00 m² (três mil seiscientos e trinta e seis metros quadrados)**.

## **35. GARANTIA**

35.1. A garantia do serviço não deve ser inferior a 5 anos e o atendimento com solução do defeito não poderá ser superior a setenta e duas horas.

## **36. LEGISLAÇÃO**

36.1. Devem ser observadas, na execução das referidas obras e serviços, as disposições:

36.1.1. do Decreto n.º 92.100, de 10 dez/85, Portaria nº 2.296, de 23/07/97, da Presidência da República;

36.1.2. dos Códigos, Normas, Leis, Decretos, Portarias e Regulamentos aplicáveis dos órgãos públicos federais, estaduais e municipais e das concessionárias de serviços públicos;

36.1.3. das Normas da ABNT;

36.1.4. da Lei Federal nº 6.514, de 22 de DEZ 77;

36.1.5. da Portaria nº 3.214 (Aprova as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego), de 8 de JUL 78; e

36.1.6. da Lei Federal nº 8.666 (Lei de Licitações Públicas), de 21 JUN 93, e suas alterações.

## **37. VISTORIA TÉCNICA PRÉVIA**

37.1. **É obrigatória a vistoria ao local da obra/serviço por parte dos licitantes, antes da apresentação de suas propostas.**

37.2. Todas as condições locais deverão ser adequadamente observadas nesta vistoria, quando os licitantes deverão conhecer e equacionar, mediante inspeção preliminar e coleta de informações, todos os dados e elementos que possam vir a ter influência no desenvolvimento dos trabalhos, bem como nos custos.

37.3. Não serão aceitas solicitações durante os serviços sob o argumento de falta de conhecimento das condições de trabalho ou de dados do projeto. Nessa vistoria, é obrigatória a presença de responsável técnico (Engenheiro) representante da empresa, portando a Carteira Profissional do CREA ou CAU e documento que comprove sua representatividade (Ex: Procuração). Será expedido então pela Administração o atestado de Vistoria Técnica.

37.4. As vistorias serão realizadas antes da data prevista para a entrega das propostas, devendo ser agendadas mediante contato prévio com a Divisão de Engenharia - DENG, pelo telefone (61) 3312-6829, durante o horário de expediente (no período das 8:00 às 11:30 e das 14:30 às 17:00 horas).

37.5. Após a vistoria, será expedido o Atestado de Vistoria Técnica aos locais dos serviços, o qual deverá ser apresentado juntamente com a proposta do licitante.

37.6. Quaisquer dúvidas ou informações necessárias para a execução dos serviços, deverão ser encaminhadas via e-mail para a Divisão de Compras e Licitações do DNPM (cpl@dnpm.gov.br). As dúvidas deverão ser enviadas dentro do prazo estipulado no Edital, antes da data marcada para a abertura das

propostas.

37.7. As planilhas e listas fornecidas pela CONTRATANTE são apenas indicativas, devendo ser conferidas pelos LICITANTES e compatibilizadas com o projeto (e vistoria, se for o caso). Nos casos de divergência e omissões entre estas e as Especificações prevalecem as Especificações.

37.8. As empresas interessadas em obter os arquivos dos projetos, devem contatar a Divisão de Engenharia (DENG) e buscar os arquivos (durante horário de expediente) que serão gravados em *pendrive* ou CD fornecido pela Licitante.

#### 38. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

38.1. Diligenciar para que o recebimento da obra/serviço, bem como seu pagamento seja efetuado dentro do prazo previsto neste Projeto Básico;

38.2. Dirimir todas as dúvidas solicitadas pelas licitantes e/ou contratada;

38.3. Efetuar os pagamentos diretamente à Contratada, através de depósito em conta corrente por meio de ordem bancária. A Contratada deverá estar em dia com as certidões do SICAF (Sistema de Cadastramento de Fornecedores da União).

#### 39. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

39.1. A Contratada para a execução das obras e serviços estará obrigada a:

39.1.1. Executar, com perfeição e segurança, todos os serviços descritos, indicados ou mencionados neste Projeto Básico, nas planilhas de quantitativos de serviço e desenhos que compõem o Projeto, fornecendo todos os materiais, mão-de-obra e equipamentos necessários, sendo responsável pela existência de todo e qualquer vício, irregularidade ou simples defeito de execução, mesmo após o recebimento da obra, obrigando-se a repará-lo de imediato;

39.1.2. Comunicar, por escrito, ao Contratante, quaisquer erros ou incoerências verificadas no projeto, não sendo a eventual existência de falhas, razão para execução incorreta de serviços de qualquer natureza;

39.1.3. Empregar profissionais devidamente habilitados na execução dos serviços, sendo-lhe vedado subempreitar totalmente os serviços especializados, uma vez comprovada a idoneidade técnica do subempreiteiro, a critério da Fiscalização junto ao Órgão Central do Sistema de Engenharia;

39.1.4. Submeter à aprovação do Contratante o nome do profissional responsável pela execução da obra, que deverá dar assistência diária à mesma, combinando um horário comum de permanência na obra com a Fiscalização;

39.1.5. Excluir imediatamente de sua equipe qualquer integrante que a fiscalização, no interesse da obra, julgue incompetente ou inadequado à consecução dos serviços, sem que se justifique, nesta situação, atraso no cumprimento dos prazos contratuais;

39.1.6. Dar livre acesso à todas as partes, sem exceção, à Fiscalização, mantendo em perfeitas condições, a critério desta, escadas, elevadores, andaimes e outros dispositivos necessários à vistoria da obra;

39.1.7. **Fornecer e manter o Diário da Obra**, tomando conhecimento, por meio dele, das observações e interpelações da Fiscalização e nele registrando, obrigatoriamente, as falhas nos serviços de terceiros não sujeitos à sua

ingerência, as consultas à Fiscalização, as datas de conclusão das etapas caracterizadas de acordo com o cronograma da obra, os acidentes de trabalho, as respostas às interpelações da Fiscalização e a eventual escassez de material que resulte em dificuldade para execução dos serviços em tempo hábil e outros fatos que, a juízo do Contratado, devam ser objeto de registro;

39.1.8. Cumprir as prescrições referentes às Leis Trabalhistas, Previdência Social e Seguro de Acidentes do Trabalho;

39.1.9. Observar a proibição constitucional de trabalho noturno, perigoso ou insalubre para menores de dezoito e de qualquer trabalho para menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

39.1.10. Efetuar o pagamento de impostos, tais como FGTS, INSS, Dívida Ativa da União, Tributos Federais, GPS do mês anterior à data de emissão de fatura e outros que vierem a incidir sobre a execução dos serviços e apresentar seus comprovantes juntamente com boletim de medição, fatura e relação de funcionários à fiscalização para liberação de pagamento;

39.1.11. Responsabilizar-se pelos danos causados ao Departamento Nacional de Produção Mineral ou a terceiros provenientes da execução dos serviços;

39.1.12. Apresentar, com antecedência, à Fiscalização, amostras dos materiais a utilizar que, uma vez aprovadas, passarão a fazer parte do mostruário oficial da obra para fins de confrontação com partidas de fornecimento;

39.1.13. Retirar os materiais não especificados ou rejeitados pela Fiscalização;

39.1.14. Transportar para local indicado pela Fiscalização os materiais aproveitáveis provenientes de demolições que pertencerão, a menos que indicado em contrário, ao Contratante. Deverá ainda acondicionar os restos de construção e matérias inservíveis em caçambas metálicas, em local indicado pela Fiscalização, para as quais deverá dar adequada destinação, em consonância com a legislação municipal, às suas expensas e sem ônus extras para a Contratante;

39.1.15. Utilizar modernos e eficientes equipamentos e ferramentas necessárias à boa execução dos serviços e empregar os métodos de trabalho mais eficientes e seguros, observando rigorosamente as recomendações dos fabricantes quanto ao método executivo e as ferramentas apropriadas;

39.1.16. Encaminhar ao Contratante cronograma, quadros demonstrativos de produção, análise de materiais, corpos de prova e outros elementos informativos relativos aos serviços contratados;

39.1.17. Fornecer eventuais cópias do resultado de ensaios ou testes de materiais ou serviços a seu cargo à Fiscalização, sendo que a retirada de amostras e o preparo de corpos de prova serão executados com assistência da Fiscalização, cabendo à Fiscalização aprovar previamente o laboratório onde serão realizados os ensaios e testes;

39.1.18. Transportar, manusear e armazenar com o maior cuidado possível, evitando-se choques, pancadas ou quebras, os vários materiais a empregar nos serviços, sendo que aqueles sujeitos a danos por ação da luz, calor, umidade ou chuva deverão ser guardados em ambiente adequados à sua proteção, até o momento de sua utilização;

39.1.19. Tomar as providências necessárias para que sejam viabilizadas

eventuais autorizações e aprovações de outros órgãos e entidades (GDF, CREA-DF ou CAU-DF, concessionárias de abastecimento elétrico, de água e de gás e de serviços de telefonia e saneamento, Corpo de Bombeiros, etc.), esta aprovação seja obtida em tempo hábil, para não atrasar o início da utilização, que deverá coincidir com a entrega da obra, cabendo-lhe, ainda, providenciar as vistorias, testes e aprovações de materiais, equipamentos e instalações exigidos por aquelas entidades, quando for o caso, arcando com o pagamento das taxas e emolumentos correspondentes;

39.1.20. Efetuar a limpeza e o recolhimento dos materiais imprestáveis no final de cada dia de serviço, devendo dar o destino adequado aos mesmos;

39.1.21. Cumprir o prazo estipulado neste Projeto Básico e informando com antecedência à Fiscalização caso haja a impossibilidade de cumpri-lo, com a devida justificativa, de acordo com o Art. 57 da Lei 8.666/93;

39.1.22. Manter-se atualizada em relação ao SICAF;

39.1.23. Aceitar o serviço, a responsabilidade da Contratada pela estabilidade, qualidade, correção e segurança dos mesmos subsiste na forma da lei;

39.1.24. Alertar ao Contratante da necessidade do fornecimento complementar de serviços e materiais indispensáveis ao pleno funcionamento dos serviços e suas instalações, mesmo quando não expressamente indicados nas especificações.

#### 40. **ATIVIDADES DA FISCALIZAÇÃO**

40.1. À Fiscalização, designada pelo Contratante antes do início dos serviços, competirá exercer o controle e a fiscalização da execução destes em suas diversas fases, decidir sobre dúvidas surgidas no decorrer dos serviços, efetuar anotações diárias em livro apropriado, proceder ao acompanhamento e certificação das medições e respectivas faturas e manter a Administração informada quanto ao andamento dos serviços. As decisões e providências que ultrapassem a sua competência deverão ser solicitadas a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

40.2. As exigências da Fiscalização se basearão no Contrato, Projeto, nas Especificações, nas Normas a obedecer, bem como nas leis vigentes.

40.3. A Fiscalização exercerá todos os atos necessários à verificação rigorosa do cumprimento do Contrato, do Projeto e das Especificações, tendo livre acesso a todas as partes do serviço, inclusive depósito de materiais; para isto, deverão ser mantidos em perfeitas condições, a juízo da Fiscalização todos os locais necessários à vistoria dos serviços em execução.

40.4. Caberá à Fiscalização a função de elo entre a Contratada e a Contratante, exclusivamente nas questões de cunho técnico e de execução do objeto deste Projeto Básico.

40.5. À Fiscalização assiste o direito de não aprovar a medição dada como concluída que não esteja dentro dos requisitos exigidos nas especificações deste Projeto Básico, devendo a Contratada sanar as falhas encontradas sem qualquer ônus para a Contratante e, uma vez sanadas, a parcela medida será novamente verificada pela Fiscalização.

40.6. **Toda comunicação entre a Contratada e a Fiscalização deverá ser por escrito.**

40.7. O serviço deverá desenvolver-se sempre em regime de estreito



entendimento entre a equipe de trabalho da Contratada e a Fiscalização, dispondo esta de amplos poderes para atuar no sentido do cumprimento do Contrato.

**40.8. Compete, ainda, à Fiscalização:**

40.8.1. fornecer a contratada todos os elementos indispensáveis ao início do serviço;

40.8.2. esclarecer prontamente as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela Contratada;

40.8.3. expedir por escrito as determinações e comunicações dirigidas a Contratada;

40.8.4. solicitar a imediata retirada de qualquer integrante da equipe técnica da Contratada que não corresponda, técnica ou disciplinarmente, às exigências da Fiscalização;

40.8.5. autorizar as providências da Contratada, as medições dos serviços efetuados e certificar as respectivas faturas;

40.8.6. transmitir à Contratada, por escrito, as instruções sobre modificações de Projeto, Especificações, prazos e cronogramas, aprovados pelo Contratante;

40.8.7. comunicar à Administração, imediatamente e por escrito, ocorrências que possam levar à aplicação de penalidades ao Contratado ou à rescisão do Contrato;

40.8.8. rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado e estipular o prazo para a sua retirada;

40.8.9. relatar oportunamente à Administração, qualquer ocorrência ou circunstância que possa acarretar dificuldades no desenvolvimento dos serviços ou inconveniências a terceiros;

40.8.10. solicitar ao Contratante parecer de especialistas, em caso de necessidade.

40.9. A presença da Fiscalização no local dos serviços não diminuirá a responsabilidade do Contratado quanto à perfeita execução dos trabalhos.

40.10. A Contratada deverá comunicar por escrito à Fiscalização por ocasião da conclusão de etapa do serviço ou do serviço total (conclusão do mesmo), a fim de que a mesma possa efetuar o recebimento necessário.

40.11. A Fiscalização, ao considerar concluído o serviço, comunicará o fato à Administração, para as providências cabíveis.

**41. EQUIPE TÉCNICA DA CONTRATADA**

41.1. A Contratada deverá indicar, mediante comunicação por escrito à Fiscalização, o nome do engenheiro responsável pelo andamento dos serviços que ficará permanentemente no local dos serviços para representá-lo na execução do Contrato. Este engenheiro deverá ser versado na execução de serviços de engenharia similares, ser registrado no CREA ou CAU da região e estar em pleno uso de suas atribuições profissionais.

41.2. A Contratada deverá providenciar, às suas expensas e antes do início dos serviços, as aprovações e os registros específicos, junto às repartições competentes, necessários para execução dos serviços contratados, em particular a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) junto ao CREA ou

CAU competente, do Responsável Técnico pelos serviços, bem como dos Fiscais designados através de Portaria da Contratante.

41.3. O profissional credenciado para dirigir os trabalhos por parte do Contratado deverá dar assistência diária aos serviços, durante todo o período diário de trabalho.

41.4. Mesmo que o responsável técnico pelo serviço seja o representante da Contratada junto ao Contratante, **há a necessidade de emissão de Carta para a indicação do Preposto**, podendo, sem prejuízo de sua responsabilidade pessoal, fazer-se representar junto à Fiscalização por técnico habilitado pelo CREA ou CAU, o qual permanecerá no local dos serviços para execução do Contrato.

41.5. Se o responsável técnico ou qualquer integrante da equipe técnica da Contratada não corresponder às exigências para adequada condução dos trabalhos, poderá a Fiscalização exigir da Contratada a sua imediata substituição, no interesse do serviço, sem que essa iniciativa implique em modificações de prazo ou de condições contratuais.

41.6. Se a Contratada não providenciar a efetiva substituição na hipótese indicada no item anterior, no prazo de 05 (cinco) dias, o serviço será suspenso, não assumindo o Contratante qualquer responsabilidade, decorrente dessa paralisação.

41.7. A substituição de integrante(s) da equipe técnica por parte da Contratada durante a execução do serviço, dependerá da aquiescência do Contratante quanto ao substituto, presumindo-se esta, na falta de manifestação em contrário dentro do prazo de 10 (dez dias) da ciência da substituição.

41.8. **Os funcionários da Contratada, sempre que estiverem nas dependências do DNPM, deverão usar uniforme padronizado.**

41.9. A Contratada deverá encaminhar lista de funcionários envolvidos na execução dos serviços, com nome completo e número da carteira de identidade.

41.10. Será obrigatória a utilização de crachá de identificação com nome completo, número da carteira de identidade, função e foto. Não será permitida a entrada de empregados sem as devidas identificações.

41.11. A Contratada deverá tomar as providências necessárias para que os seus empregados fiquem cientes e respeitem os preceitos sociais, normas da moral e dos bons costumes, devendo afastar imediatamente qualquer empregado que for indicado pela Fiscalização.

41.12. **Os funcionários da contratada que irão executar os serviços devem possuir curso referente às normas NR 18 e NR 35, estando sujeita a arcar com as penalidades previstas por lei caso não obedeça a este item.**

## 42. SUBEMPREITADAS

42.1. É vedada a subempreitada total dos serviços; a Contratada, na execução do Contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar parte dos serviços, até o limite admitido, de acordo com as exigências da Lei Federal 8.666/93, em cada caso, com prévia autorização da Fiscalização, comprovada a idoneidade técnica do subempreiteiro para o serviço. Em qualquer hipótese o Contratado é o responsável perante o Contratante.

42.2. No caso de serviço subempreitado, a Contratada deverá apresentar,

por escrito, à Fiscalização, o profissional responsável pelos trabalhos a ele adjudicados, credenciado para os entendimentos com o Fiscal.

#### **43. ARMAZENAMENTO DE MATERIAIS**

43.1. A Contratada terá à disposição um local no subsolo para armazenar material e ainda poderá utilizar de algumas das infraestruturas do DNPM para os funcionários, tais como banheiros e chuveiros.

43.2. **Correrão exclusivamente por conta da Contratada todas as despesas não elencadas na planilha orçamentária, com relação à construção, manutenção e administração do canteiro da obra, caso opte por este tipo de organização.**

43.3. **A Contratada será responsável pela manutenção da ordem e segurança nas áreas sob sua responsabilidade até a conclusão do Contrato.**

43.4. O Contratante em hipótese alguma responderá por eventuais danos ou perdas de materiais e equipamentos da Contratada que venham a ocorrer nas áreas de propriedade do Departamento Nacional de Produção Mineral.

43.5. As redes e tubulações de água, energia, esgotos sanitários, águas pluviais, telefônicas, etc. que passem pelo local da obra deverão ser, se necessário à execução, desviadas convenientemente, sem que seja prejudicado ou interrompido o funcionamento dos sistemas de abastecimento e serviços correspondentes.

43.6. Ao final dos serviços, a Contratada deverá retirar todo material que tiver sido pago pelo Contratante, que deverá ser entregue à Divisão de Engenharia do DNPM.

#### **44. MATERIAIS A EMPREGAR**

44.1. A não ser quando especificados em contrário, os materiais a serem empregados nos serviços serão todos novos, de primeira qualidade (assim entendida a gradação de qualidade superior, quando existirem diferentes gradações de qualidade de um mesmo produto), de fabricantes renomados e de acordo com as especificações da ABNT, sendo expressamente vedado o uso de material improvisado em substituição ao especificado, assim, como não se admitirá a adaptação de peças, seja por corte ou por outro processo, a fim de usá-las em substituição a peças recomendadas e de dimensões adequadas.

44.2. A Fiscalização examinará todos os materiais recebidos antes de sua utilização e poderá impugnar o emprego daqueles que, a seu juízo, forem julgados inadequados. Neste caso, em presença do responsável pela execução da obra/serviço, serão retiradas amostras para a realização de ensaios de caracterização das qualidades dos materiais.

44.3. A Contratada deverá apresentar previamente à Fiscalização todos os materiais que serão empregados no serviço. O não cumprimento deste item poderá redundar em desmanche e nova execução de serviço já executado.

44.4. A Contratada retirará todos os materiais rejeitados pela Fiscalização, no prazo estipulado pela mesma.

#### **45. SUBSTITUIÇÃO DE MATERIAIS**

45.1. Quando houver motivos ponderáveis para a substituição de um material especificado por outro, a Contratada, em tempo hábil, apresentará, por escrito à Fiscalização, a proposta de substituição, instruindo-a com as razões determinantes do pedido e orçamento comparativo, sendo que sua aprovação só

poderá efetivar-se quando a Contratada:

45.1.1. Firmar declaração de que a substituição se fará sem ônus para o Contratante;

45.1.2. Apresentar provas de equivalência técnica do produto proposto em substituição ao especificado, compreendendo, como peça fundamental, o laudo de exame comparativo dos materiais, efetuado por laboratório tecnológico idôneo, a critério do Contratante.

45.2. Tratando-se de materiais que envolvem principalmente o aspecto estético da obra/serviço (revestimentos, madeiras aparentes, azulejos) além das exigências anteriormente mencionadas, o material proposto deverá se harmonizar com o acabamento restante, a critério da Fiscalização.

#### 46. **MEDIDAS DE SEGURANÇA**

46.1. A execução da obra/serviço deverá ser realizada com a adoção de todas as medidas relativas à proteção dos trabalhadores e de pessoas ligadas a atividades da Contratada e da Contratante, observadas as leis em vigor; deverão ser observados os requisitos de segurança com relação às redes elétricas, máquinas, andaimes e guinchos, presença de chamas e metais aquecidos, a utilização de produtos tóxicos ou explosivos, uso e guarda de ferramentas e aproximação de pedestres, bem como a legislação referente ao impacto ambiental.

46.2. **A Contratada deverá exigir, durante os serviços, que todos os empregados usem os EPI** previstos em legislação específica (macacão de manutenção, cintos de segurança, botas, luvas, óculos de proteção, máscaras, protetores auriculares, abafadores de ruído, capacete, etc.).

46.3. Compete à Contratada tomar as providências para a colocação, às expensas próprias, de placas e sinais luminosos de advertência ou orientação durante o dia e à noite.

46.4. A Fiscalização poderá exigir da Contratada a colocação de sinais correntes que julgar necessários para a segurança de veículos e pedestres.

46.5. A Contratante não assumirá responsabilidade por acidentes que ocorrerem nos locais da obra e nem atuará como mediador em conflitos que deles resultem.

46.6. A Contratada manterá Seguro de Acidentes do Trabalhador para todos os seus empregados e responderá, nos termos da legislação vigente, por qualquer acidente ocorrido com o pessoal, material, instalações e equipamentos sob a sua responsabilidade, bem como de terceiros, durante a execução dos serviços.

46.7. A Contratada submeter-se-á às medidas de segurança exigidas pelo DNPM.

46.8. A Contratada deverá entregar relação nominal dos equipamentos que farão parte da execução da obra/serviço sete dias antes da data de início da mesma.

46.9. A Contratada será responsável pela entrada e saída de seus equipamentos, suas ferramentas e materiais de construção da área da obra.

46.10. **A Contratada deverá entregar relação nominal de seus empregados juntamente com seu número do documento de identidade sete dias antes do início da obra, devendo a cada admissão ou**

## **demissão comunicar por escrito a Contratante.**

46.11. **Todo pessoal da Contratada, antes do início da obra/serviço deverá estar uniformizado e identificado com crachá e foto, conforme as leis vigentes.**

46.12. A Contratada terá o seu acesso limitado às áreas onde serão executadas as obras/ serviços, não devendo adentrar a outros setores.

46.13. A Contratada deverá respeitar as normas de trabalho estipuladas para construção civil pelo Ministério do Trabalho e Emprego, especialmente:

46.13.1. NR 05 – Comissão interna de prevenção de acidentes;

46.13.2. NR 06 – Equipamento de proteção individual – EPI;

46.13.3. NR 10 – Segurança em instalações e serviços em eletricidade;

46.13.4. NR 18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção;

46.13.5. NR 35 – Trabalho em altura.

## **47. TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO DE MATERIAIS**

47.1. Todos os materiais utilizados para execução dos serviços deverão ser transportados, manuseados e armazenados com maior cuidado possível, evitando-se choques, pancadas ou quedas.

47.2. Os materiais sujeitos a danos por ação da luz, calor, umidade ou chuva, deverão ser guardados em ambientes adequados à sua proteção, até o momento de sua utilização.

47.3. Os materiais estocados devem estar totalmente quantificados, de modo que, a todo o momento, a Fiscalização possa saber a quantidade existente.

47.4. A Contratada é obrigada a apresentar à Fiscalização, antes de sua utilização, o prazo de validade dos materiais perecíveis.

## **48. ENTREGA DA OBRA/SERVIÇO**

48.1. As obras/serviços deverão ser entregues em perfeitas condições de acabamento e de funcionamento.

48.2. Todas as instalações provisórias deverão ser desmontadas e retiradas do local ao término dos serviços, quando convier ao Contratante.

48.3. Todo entulho e restos de materiais de construção deverão ser retirados do local da obra, às expensas da Contratada, propiciando ao local um aspecto acabado e limpo.

## **49. DOCUMENTOS**

49.1. Integram anexos a este volume os seguintes documentos:

49.1.1. Planilha de Orçamentária nº 02/DENGE/DGADM/2016 (Anexo I);

49.1.2. Planilha modelo de composição de preços unitários (Anexo II);

49.1.3. Modelo de Composição de Encargos Sociais (Anexo III);

49.1.4. Modelo de Composição de Bonificações e Despesas Indiretas -BDI (Anexo IV);

49.1.5. Cronograma Físico-Financeiro (Anexo V).

## **50. PRAZOS**

50.1. A Contratada deverá cumprir o cronograma físico-financeiro definido no **Anexo V**, ficando facultada a antecipação de fases e conclusão da obra:

50.1.1. **Primeira parcela** correspondente a **17% (dezesete por cento)** do valor total da obra, **30 (trinta) dias corridos após o início dos serviços**.

50.1.2. **Segunda parcela** correspondente a **29% (vinte e nove por cento)** do valor total da obra, **60 (sessenta) dias corridos após o início dos serviços**.

50.1.3. **Terceira parcela** correspondente a **29% (vinte e nove por cento)** do valor total da obra, **90 (noventa) dias corridos após o início dos serviços**.

50.1.4. **Quarta parcela** correspondente a **15% (quinze por cento)** do valor total da obra, **120 (cento e vinte) dias corridos após o início dos serviços**.

50.1.5. **Quinta parcela** correspondente a **10% (dez por cento)** do valor total do contrato **após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo de Obras e Serviços por comissão especialmente designada para tal**.

50.2. **O prazo máximo para execução do objeto é de 120 (cento e vinte) dias corridos a contar da data de expedição da ordem de serviço.**

50.3. A Contratada deverá informar imediatamente, por escrito, à Fiscalização, quando da constatação que o serviço ou etapa do serviço não poderá ser cumprida dentro do cronograma previsto, sendo que somente serão aceitos motivos supervenientes, conforme Art. 57 da Lei 8.666.

50.4. O prazo para o recebimento do serviço pela Fiscalização, após o recebimento por escrito da Contratada de que a etapa do serviço foi executada, será de no máximo 14 (quatorze) dias úteis, incluindo as inspeções e a elaboração da documentação, necessárias à certificação da medição.

50.5. O pagamento deverá ser efetuado em até trinta dias pela Contratada, após o recebimento dos serviços e certificação, pela Fiscalização, da Nota Fiscal.

50.6. A Contratada deverá garantir a solidez e segurança dos serviços e materiais empregados na execução pelo prazo de 5 anos, conforme estabelecem o Código de Defesa do Consumidor e o Código Civil Brasileiro.

## **51. ORÇAMENTO**

51.1. As Empresas participantes do processo licitatório deverão efetuar levantamento minucioso das quantidades de mão de obra, materiais, equipamentos, impostos e serviços indispensáveis à execução dos serviços e, a partir do referido levantamento, elaborar suas planilhas de orçamento e composição de preços unitários.

51.2. As planilhas deverão ser apresentadas de forma analítica, ou seja, apresentar juntamente com a proposta a composição de preços unitários e composição do BDI, conforme modelos anexos e ainda os valores totais gastos com equipamentos, mão de obra e materiais utilizados na execução da obra ou serviço, exceto os equipamentos manuais.

51.3. Entregar à Contratante, juntamente com a carta-proposta, Cronograma físico-financeiro da execução do serviço, em conformidade com o item 18, sendo tolerado variação de até 10% (dez por cento) no valor da primeira medição, em função da execução de serviços e seus respectivos

custos, conforme planilha orçamentária integrante da proposta.

51.4. As Planilhas de Preço, bem como as Composições de Preço Unitários, B.D.I. e Encargos Sociais deverão ser assinadas e devidamente identificadas pelo Responsável Técnico (RT) da empresa.

51.5. O custo total deverá incluir todos os custos indiretos para a perfeita execução dos serviços, inclusive das despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da Legislação Social Trabalhista, Previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por qualquer dano causado a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa dos serviços, bem como o lucro, conforme projetos, planilhas e especificações do DNPM, sem que caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação ao DNPM.

51.6. O Custo Estimado Total para execução dos serviços é de **R\$ 639.746,15 (seiscentos e trinta e nove mil setecentos e quarenta e seis reais e quinze centavos)**, base SINAPI setembro de 2016.

## 52. PROPOSTA

52.1. A proposta da licitante deverá conter os seguintes itens:

52.1.1. Preço Total da execução dos serviços, incluindo todas as despesas referentes a ferramentas, materiais, acessórios, equipamentos, fretes, seguros, mão-de-obra, transportes, alimentação, encargos sociais, taxas, impostos, ou seja, BDI; além de limpeza do local dos serviços, remoção de entulho, e todo o fornecimento dos materiais que forem necessários à perfeita execução dos serviços, objeto deste Projeto Básico. **Deverá ser apresentada a composição de custos unitários para cada um dos serviços integrantes da proposta, conforme modelo constante no ANEXO I;**

52.1.2. Cronograma Físico-Financeiro contendo as etapas de execuções dos serviços, objeto deste Projeto Básico, discriminando os serviços que serão executados;

52.1.3. **Prazo Total de conclusão dos serviços, não superior a 120 (cento e vinte) dias corridos, após a emissão da Ordem de Serviço pelo DNPM;**

52.1.4. **Prazo de Validade da Proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias;**

52.1.5. **Dados Cadastrais da empresa licitante contendo:**

52.1.6. Inscrição no CGC/MF;

52.1.7. Inscrição no CF/UF;

52.1.8. Nome e/ou número do Banco para depósito do pagamento da empresa; nome e/ou número da Agência Bancária; número da sua Conta corrente.

## 53. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

53.1. A empresa deverá apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado pela respectiva Certidão de Registro no CREA ou CAU, de que tenha executado satisfatoriamente:

53.1.1. Serviços semelhantes ao disposto neste escopo;

53.1.2. **Certidão de Pessoa Jurídica, expedida pelo CREA ou CAU**, onde deverá constar o nome dos Responsáveis Técnicos indicados na declaração de responsabilidade e objetivo social da empresa.

53.1.3. **Declaração de responsabilidade técnica**, na qual deverá constar a qualificação dos responsáveis técnicos indicados para execução da obra de qualificação de engenharia ou arquitetura. A declaração deverá ser assinada pelo representante legal da licitante, os responsáveis técnicos deverão, comprovadamente, fazer parte do quadro da empresa, sendo admitido o instrumento de prestação de serviços por contrato com firma reconhecida em cartório competente.

53.1.4. Apresentação de **Certidões de Acervo Técnico**, emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, em nome da empresa licitante e de profissional da área de Engenharia, integrantes de seu quadro de seu pessoal permanente ou instrumento contratual de prestação de serviços, à data prevista para a licitação, que sejam pertinentes e compatíveis com o objeto, referentes ao atestado apresentado.

53.1.5. Atestado de Vistoria Técnica.

53.2. O quantitativo mínimo para **Certidão de Acervo Técnico** será conforme a tabela a seguir:

Item de referência da planilha	Serviço	Unidade	Quantitativo da obra	Quantidade mínima exigida	Percentual
3.1	Hidrojateamento de alta pressão (mínimo 6.000 psi)	m²	3.636,00	1.818,00	50%
3.2	Execução de proteção de concreto aparente, com estucagem e/ou aplicação de hidrofugante e/ou verniz.)	m²	3.636,00	1.818,00	50%

53.2.1. Em relação ao **responsável técnico**, deve haver a comprovação de participação na execução dos itens conforme tabela a seguir:

Item de referência da planilha	Serviço*
3.1	Hidrojateamento de alta pressão
3.2	Execução de proteção de concreto aparente, com estucagem e/ou aplicação de hidrofugante e/ou verniz.



\*Não há exigência de quantitativo, somente de participação no serviço, apenas no caso de responsável técnico

#### **54. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

54.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos recursos consignados ao DNPM no Orçamento Geral da União para o exercício de 2016, a cargo do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, com:

54.2. **Programa de Trabalho: 22122211920000001**

54.3. **PTRES: 091661**

54.4. **Natureza de Despesa: 3390.39.16 - MANUTENÇÃO E CONSERV. DE BENS IMÓVEIS**

#### **55. CONSIDERAÇÕES GERAIS**

55.1. Os serviços previstos nesta contratação, consistem, principalmente, na execução de serviços para manutenção e limpeza de fachada de concreto.

55.2. Todos os serviços previstos nesta contratação deverão ser executados em consonância com a planilha de quantitativos e projetos anexos a este projeto básico, respeitando as boas práticas construtivas e exigências normativas da ABNT NBR relacionadas.

#### **56. CONSIDERAÇÕES ESPECÍFICAS**

56.1. Cronograma Analítico da Obra deverá ser elaborado pela Contratada de acordo com a capacidade produtiva de trabalho e operacional da empresa, considerando-se a distribuição cronológica das etapas de serviços previstos no cronograma apresentado perante a comissão de licitação, juntamente com a correspondente distribuição interna das suas fases de execução, dentro do prazo total de 120 (cento e vinte) dias corridos para a conclusão dos serviços, conforme estabelecido no item 20.0 (PRAZOS), de modo a informar ao DNPM/Fiscalização, de maneira clara e precisa, o andamento da execução diária de cada uma das fases das etapas de serviços.

56.2. O cronograma analítico deverá ser mantido sempre atualizado pela Contratada e qualquer atraso no processo de execução dos serviços deverá ser motivo de justificativa fundamentada por parte da contratada.

56.3. O Programa Semanal de Execução de Serviços (PSES) deverá ser elaborado pela contratada, buscando demonstrar quais serão as frentes de trabalho que serão executadas semanalmente, no intuito de demonstrar clareza nos andamentos dos serviços. O PSES deverá ser encaminhado em até 3 dias antes do início dos serviços a serem executados na semana que prossegue.

56.4. Em se tratando de Projetos e Especificações, o DNPM colocará à disposição dos licitantes interessados o a Planilha Orçamentária e os Desenhos contidos nos projetos, os quais se encontram relacionados nos anexos deste Projeto Básico. Tais documentos, aqui mencionados, quando solicitados pela empresa licitante serão fornecidos pelo DNPM e encaminhados através do e-mail da empresa interessada ou entregue a cópia no CD, DVD ou pen-drive de propriedade da empresa.

#### **57. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

57.1. Quaisquer dúvidas por parte da empresa Contratada sobre as especificações, memoriais descritivos e desenhos pertinentes ao Projeto fornecido deverão ser informadas à Fiscalização/DNPM, a qual providenciará

para que as mesmas sejam dirimidas.

57.2. Todos os serviços executados pela Contratada deverão ser realizados por profissionais pertinentes ao ramo específico de cada um desses serviços, devendo estar tais profissionais perfeitamente capacitados e treinados quando na admissão pela Contratada, de modo que ofereçam bons resultados nos trabalhos executados para o DNPM.

57.3. Todos os resíduos decorrentes da obra deverão obedecer aos ditames pré-estabelecidos pelas legislações federais, estaduais e municipais, em especial a **Resolução do CONAMA nº 307 de 05 de julho de 2002**, a qual estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

57.4. A contratada deverá providenciar as documentações pertinentes para emissão de Alvará de Execução bem como demais licenças, registros e matrículas, conforme necessário, para a execução da obra.

57.5. Deverá ser instalada em local externo ao prédio, visível aos transeuntes, uma placa de identificação da obra, conforme normas e recomendações municipais e federais vigentes, onde deverá constar além dos elementos legais e técnicos de definição da mesma a sua referência principal em destaque: **“SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE FACHADA DE CONCRETO”**.

---

**Referência:** Processo nº 48400.700218/2016-57

SEI nº 0016666

---

Criado por [Andrea.Silva](#), versão 5 por [Andrea.Silva](#) em 10/11/2016 09:12:54.